

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	10
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	20
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	42
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	120
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	121
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	122
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	123

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.392.125.889
Preferenciais	0
Total	2.392.125.889
Em Tesouraria	
Ordinárias	3.457.567
Preferenciais	0
Total	3.457.567

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	56.325.858	56.939.179
1.01	Ativo Circulante	12.187.324	13.464.205
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.557.022	3.610.324
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.839.591	2.274.316
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.839.591	2.274.316
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	1.839.591	2.274.316
1.01.03	Contas a Receber	4.898.046	4.901.777
1.01.03.01	Clientes	4.898.046	4.901.777
1.01.04	Estoques	427.507	357.204
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.125.800	1.207.657
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.125.800	1.207.657
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	30.379	68.769
1.01.06.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.095.421	1.138.888
1.01.07	Despesas Antecipadas	662.634	329.362
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	676.724	783.565
1.01.08.03	Outros	676.724	783.565
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	359.022	452.203
1.01.08.03.02	Outros Ativos	253.219	264.298
1.01.08.03.03	Arrendamento Mercantil	35.794	34.098
1.01.08.03.04	Outros Valores a Compensar	28.689	32.966
1.02	Ativo Não Circulante	44.138.534	43.474.974
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.981.006	4.450.514
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	29.561	26.339
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	29.561	26.339
1.02.01.04	Contas a Receber	298.368	137.306
1.02.01.04.01	Clientes	298.368	137.306
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	360.976	340.247
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.292.101	3.946.622
1.02.01.10.04	Outros Aivos Não-Circulantes	32.544	29.492
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	683.837	677.150
1.02.01.10.06	Imposto, Taxas e Contribuições a recuperar	860.088	911.704
1.02.01.10.07	Imposto de Renda a Recuperar	286.567	258.415
1.02.01.10.08	Arrendamento Mercantil	198.685	200.148
1.02.01.10.09	Imposto de renda e contribuição social diferido	1.715.981	1.355.604
1.02.01.10.10	Outros ativos financeiros	514.399	514.109
1.02.02	Investimentos	1.954.353	1.260.486
1.02.02.01	Participações Societárias	1.954.353	1.260.486
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	1.260.486
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.954.353	0
1.02.03	Imobilizado	22.779.124	23.171.451
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.482.858	12.743.378
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.776.285	9.823.792
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	519.981	604.281
1.02.04	Intangível	14.424.051	14.592.523

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1.02.04.01	Intangíveis	14.424.051	14.592.523
1.02.04.01.02	Licença de uso de Softwares	3.253.813	2.928.718
1.02.04.01.03	Autorizações	7.399.979	7.811.231
1.02.04.01.04	Goodwill	3.112.169	3.112.169
1.02.04.01.05	Outros Intangíveis	658.090	740.405

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	56.325.858	56.939.179
2.01	Passivo Circulante	14.260.786	15.201.168
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	357.971	361.271
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	357.971	361.271
2.01.02	Fornecedores	4.738.660	5.138.780
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.106.835	4.414.270
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	631.825	724.510
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.449.754	5.017.653
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.151.720	4.655.272
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	149.053	162.102
2.01.03.01.02	Outros Impostos e taxas	5.002.667	4.493.170
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	235.026	300.207
2.01.03.02.01	ICMS	235.026	300.207
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	63.008	62.174
2.01.03.03.01	ISS	63.008	62.174
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	950.252	925.626
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	950.252	240.951
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	950.252	240.951
2.01.04.02	Debêntures	0	684.675
2.01.05	Outras Obrigações	2.764.149	3.757.838
2.01.05.02	Outros	2.764.149	3.757.838
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	364.623	1.219.319
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	129.504	168.711
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	335.063	321.761
2.01.05.02.06	Receita Diferidas	193.316	259.527
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	1.673.420	1.702.899
2.01.05.02.08	Outros Passivos	68.223	85.621
2.02	Passivo Não Circulante	17.049.694	17.760.620
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.076.008	1.853.097
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	429.737	488.591
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	429.737	488.591
2.02.01.02	Debêntures	646.271	1.364.506
2.02.02	Outras Obrigações	14.373.601	14.343.351
2.02.02.02	Outros	14.373.601	14.343.351
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	517.553	0
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições a recolher	32.760	33.208
2.02.02.02.05	Imposto de Renda a recolher	32.061	19.395
2.02.02.02.06	Autorizações a Pagar	1.194.246	1.159.672
2.02.02.02.07	Receita Diferidas	362.210	506.184
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil	12.174.617	12.061.969
2.02.02.02.09	Outros Passivos	60.154	562.923
2.02.04	Provisões	1.600.085	1.564.172
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.600.085	1.564.172
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	947.667	896.045
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	182.809	196.916

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	4.485	4.485
2.02.04.01.05	Provisões Cíveis e Regulatórias	465.124	466.726
2.03	Patrimônio Líquido	25.015.378	23.977.391
2.03.01	Capital Social Realizado	13.477.891	13.477.891
2.03.02	Reservas de Capital	326.718	309.697
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	353.604	353.604
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.653	34.632
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-78.539	-78.539
2.03.04	Reservas de Lucros	10.217.065	10.192.763
2.03.04.01	Reserva Legal	1.714.578	1.714.578
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	3.143.043	3.143.043
2.03.04.10	Reserva para Expansão	5.359.444	5.335.142
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	996.664	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.960	-2.960

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.902.761	13.669.066	6.599.933	12.993.574
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.053.911	-6.266.580	-3.087.121	-6.171.123
3.03	Resultado Bruto	3.848.850	7.402.486	3.512.812	6.822.451
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.160.196	-4.200.445	-1.964.297	-3.981.798
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.578.758	-3.090.359	-1.489.970	-2.979.199
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-480.413	-945.995	-430.727	-866.393
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	81.534	212.404	60.680	106.624
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-126.254	-290.204	-78.557	-190.460
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-56.305	-86.291	-25.723	-52.370
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.688.654	3.202.041	1.548.515	2.840.653
3.06	Resultado Financeiro	-555.207	-1.084.281	-374.717	-973.183
3.06.01	Receitas Financeiras	987.970	1.420.592	669.544	859.605
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.543.177	-2.504.873	-1.044.261	-1.832.788
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.133.447	2.117.760	1.173.798	1.867.470
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-163.876	-331.096	-198.412	-94.462
3.08.01	Corrente	-231.003	-441.996	-136.762	-288.933
3.08.02	Diferido	67.127	110.900	-61.650	194.471
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	969.571	1.786.664	975.386	1.773.008
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	969.571	1.786.664	975.386	1.773.008
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,41	0,75	0,4	0,73
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,41	0,75	0,4	0,73

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	969.571	1.786.664	975.386	1.773.008
4.03	Resultado Abrangente do Período	969.571	1.786.664	975.386	1.773.008

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.738.642	5.466.634
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.699.509	7.093.268
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e CSLL	2.117.760	1.867.470
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	3.467.961	3.521.902
6.01.01.03	Atualização Monetária sobre depósito e processos administrativos e judiciais	108.049	-30.987
6.01.01.04	Juros sobre títulos e valores mobiliários	-117.027	-159.101
6.01.01.05	Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis baixados	4.274	6.639
6.01.01.06	Plano de incentivo a longo prazo	17.021	11.751
6.01.01.07	Provisão para processos administrativos e judiciais	103.957	91.513
6.01.01.08	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	-475	2.006
6.01.01.09	Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	480.499	430.333
6.01.01.10	Provisão para perdas de crédito esperadas	490.194	373.450
6.01.01.11	Juros sobre arrendamento mercantil passivo	898.930	774.400
6.01.01.12	Juros sobre arrendamento mercantil ativo	-14.236	-14.258
6.01.01.13	Resultado de equivalência patrimonial	86.291	52.370
6.01.01.14	Resultado de operações com outros derivativos	0	165.780
6.01.01.15	Perda de investimento avaliado ao valor justo	56.311	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.960.867	-1.626.634
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-659.634	-558.857
6.01.02.02	Impostos e contribuição a recuperar	232.522	98.514
6.01.02.03	Estoques	-70.303	-64.700
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-354.001	-303.266
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	6.220	11.595
6.01.02.06	Outros Ativos	12.867	-56.779
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-3.300	-20.188
6.01.02.08	Fornecedores	-360.858	-458.436
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	122.823	190.502
6.01.02.10	Pagamento de processos judiciais e administrativos	-188.999	-172.525
6.01.02.11	Autorizações a pagar	-7.535	9.673
6.01.02.12	Receitas Diferidas	-210.185	-17.195
6.01.02.13	Outros Passivos	-141.459	-123.576
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-339.025	-161.396
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.734.360	-2.133.212
6.02.01	Recebimento de acordo com o C6	0	52.000
6.02.02	Pagamento em aquisição da V8, líquido do caixa adquirido	-99.962	0
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-2.249.831	-2.221.098
6.02.05	Outros	14.009	12.628
6.02.07	Aporte de capital Fundo 5G	0	-84.984
6.02.08	Resgates de títulos e valores mobiliários	4.092.182	3.979.342
6.02.09	Aplicações de títulos e valores mobiliários	-3.543.652	-3.871.100
6.02.10	Pagamento em aquisição da I-Systems, líquido do caixa adquirido	-947.106	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.057.584	-3.597.548

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.03.01	Pagamentos pelas operações de grupamento e desdobramento de ações	-246	0
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-850.613	-223.272
6.03.03	Juros pagos – Empréstimos	-49.823	-53.703
6.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	85.066	-67.527
6.03.05	Dividendos e JSCP pagos	-1.631.400	-1.626.369
6.03.06	Pagamento de arrendamento mercantil	-774.366	-796.905
6.03.07	Juros pagos – Arrendamento mercantil	-941.161	-785.708
6.03.08	Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	0	-47.906
6.03.09	Incentivos de arrendamentos recebidos	104.959	3.842
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.053.302	-264.126
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.610.324	3.258.743
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.557.022	2.994.617

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	309.697	10.192.763	0	-2.960	23.977.391
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	309.697	10.192.763	0	-2.960	23.977.391
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	17.021	0	-790.000	0	-772.979
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	17.021	0	0	0	17.021
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-790.000	0	-790.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.786.664	0	1.786.664
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.786.664	0	1.786.664
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	24.302	0	0	24.302
5.06.04	Dividendos não reclamados	0	0	24.302	0	0	24.302
5.07	Saldos Finais	13.477.891	326.718	10.217.065	996.664	-2.960	25.015.378

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-12.158	-2.540.000	-500.000	0	-3.052.158
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	11.751	0	0	0	11.751
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-47.906	0	0	0	-47.906
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.050.000	0	0	-2.050.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-490.000	-500.000	0	-990.000
5.04.08	Frações de ações prescritas	0	23.997	0	0	0	23.997
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.773.008	0	1.773.008
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.773.008	0	1.773.008
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.477.891	357.411	10.019.460	1.273.008	-2.284	25.125.486

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	15.258.540	14.645.321
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.748.734	15.018.771
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-490.194	-373.450
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.390.518	-4.163.194
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.596.798	-2.381.230
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.793.720	-1.781.964
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.868.022	10.482.127
7.04	Retenções	-3.467.961	-3.521.902
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.467.961	-3.521.902
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.400.061	6.960.225
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.334.301	807.235
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-86.291	-52.370
7.06.02	Receitas Financeiras	1.420.592	859.605
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.734.362	7.767.460
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.734.362	7.767.460
7.08.01	Pessoal	610.154	610.077
7.08.01.01	Remuneração Direta	389.813	395.242
7.08.01.02	Benefícios	152.977	153.265
7.08.01.03	F.G.T.S.	41.276	40.709
7.08.01.04	Outros	26.088	20.861
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.184.456	2.880.236
7.08.02.01	Federais	1.610.326	1.319.504
7.08.02.02	Estaduais	1.512.610	1.498.676
7.08.02.03	Municipais	61.520	62.056
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.152.962	2.496.392
7.08.03.01	Juros	2.476.506	1.827.700
7.08.03.02	Aluguéis	676.456	668.692
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.786.664	1.773.008
7.08.04.02	Dividendos	790.000	500.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	996.664	1.273.008
7.08.05	Outros	126	7.747
7.08.05.01	Investimento Social	126	7.747

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	57.190.135	0
1.01	Ativo Circulante	12.393.979	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.677.384	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.852.469	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.852.469	0
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	1.852.469	0
1.01.03	Contas a Receber	4.958.884	0
1.01.03.01	Clientes	4.958.884	0
1.01.04	Estoques	427.507	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.146.879	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.146.879	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	649.641	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	681.215	0
1.01.08.03	Outros	681.215	0
1.02	Ativo Não Circulante	44.796.156	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.036.708	0
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	34.182	0
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	34.182	0
1.02.01.04	Contas a Receber	305.192	0
1.02.01.04.01	Clientes	305.192	0
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	368.419	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.328.915	0
1.02.03	Imobilizado	24.276.389	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.979.890	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.776.518	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	519.981	0
1.02.04	Intangível	15.483.059	0
1.02.04.01	Intangíveis	15.483.059	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	57.190.135	0
2.01	Passivo Circulante	14.600.673	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	381.962	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	381.962	0
2.01.02	Fornecedores	4.841.524	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.209.699	0
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	631.825	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.475.442	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	149.053	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	149.053	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.326.389	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.108.956	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.108.956	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.108.956	0
2.01.05	Outras Obrigações	364.623	0
2.01.05.02	Outros	364.623	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	364.623	0
2.01.06	Provisões	2.428.166	0
2.01.06.02	Outras Provisões	2.428.166	0
2.01.06.02.04	Passivo de arrendamento	1.673.707	0
2.01.06.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	129.504	0
2.01.06.02.06	Autorizações a pagar	335.063	0
2.01.06.02.07	Receitas diferidas	221.470	0
2.01.06.02.08	Outros passivos e provisões	68.422	0
2.02	Passivo Não Circulante	17.574.084	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.540.207	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	429.737	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	429.737	0
2.02.01.02	Debêntures	1.110.470	0
2.02.02	Outras Obrigações	517.553	0
2.02.02.02	Outros	517.553	0
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	517.553	0
2.02.03	Tributos Diferidos	10.052	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.052	0
2.02.04	Provisões	15.506.272	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.604.608	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	947.792	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	187.191	0
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	4.485	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	465.140	0
2.02.04.02	Outras Provisões	13.901.664	0
2.02.04.02.04	Autorizações a pagar	1.194.246	0
2.02.04.02.05	Receitas diferidas	371.757	0
2.02.04.02.06	Outros passivos e provisões	65.519	0
2.02.04.02.07	Passivo de arrendamento	12.174.617	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.04.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	63.464	0
2.02.04.02.09	Imposto de renda e contribuição social a recolher	32.061	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	25.015.378	0
2.03.01	Capital Social Realizado	13.477.891	0
2.03.02	Reservas de Capital	275.065	0
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	353.604	0
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-78.539	0
2.03.04	Reservas de Lucros	10.268.718	0
2.03.04.01	Reserva Legal	1.714.578	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.411.097	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	3.143.043	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	996.664	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.960	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.965.463	13.771.614	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.110.300	-6.352.317	0	0
3.03	Resultado Bruto	3.855.163	7.419.297	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.154.375	-4.203.990	0	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.586.934	-3.104.659	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-505.076	-975.843	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	79.674	212.392	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-125.382	-291.146	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-16.657	-44.734	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.700.788	3.215.307	0	0
3.06	Resultado Financeiro	-568.782	-1.098.640	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	950.485	1.426.237	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.519.267	-2.524.877	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.132.006	2.116.667	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-162.435	-330.003	0	0
3.08.01	Corrente	-162.435	-441.128	0	0
3.08.02	Diferido	0	111.125	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	969.571	1.786.664	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	969.571	1.786.664	0	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	969.571	1.786.664	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	969.571	1.786.664	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	969.571	1.786.664	0	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	969.571	1.786.664	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.781.258	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.738.542	0
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social	2.116.667	0
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.535.006	0
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	44.733	0
6.01.01.04	Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	4.369	0
6.01.01.05	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	-475	0
6.01.01.06	Provisão para processos judiciais e administrativos	103.203	0
6.01.01.07	Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos	107.976	0
6.01.01.08	Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	496.371	0
6.01.01.09	Juros sobre títulos e valores mobiliários	-117.027	0
6.01.01.10	Juros sobre passivo de arrendamento	898.974	0
6.01.01.11	Juros sobre arrendamentos	-14.236	0
6.01.01.12	Provisão para perdas de crédito esperadas	489.649	0
6.01.01.13	Perda de investimento avaliado ao valor justo	56.311	0
6.01.01.14	Planos de incentivo a longo prazo	17.021	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.618.259	0
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-651.202	0
6.01.02.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	233.100	0
6.01.02.03	Estoques	-70.303	0
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-300.750	0
6.01.02.05	Depósitos judiciais	5.885	0
6.01.02.06	Outros ativos	11.418	0
6.01.02.07	Obrigações trabalhistas	-409	0
6.01.02.08	Fornecedores	-359.409	0
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	127.440	0
6.01.02.10	Autorizações a pagar	-7.535	0
6.01.02.11	Pagamentos de processos judiciais e administrativos	-188.999	0
6.01.02.12	Receitas diferidas	-278.942	0
6.01.02.13	Outros passivos	-138.553	0
6.01.03	Outros	-339.025	0
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-339.025	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.631.422	0
6.02.01	Resgates de títulos e valores mobiliários	4.174.573	0
6.02.02	Aplicações de títulos e valores mobiliários	-3.561.152	0
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-2.288.751	0
6.02.04	Pagamento em aquisição da V8, líquido do caixa adquirido	-52.674	0
6.02.05	Pagamento em aquisição da I-Systems, líquido do caixa adquirido	-917.427	0
6.02.06	Outros	14.009	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.082.776	0
6.03.01	Amortização de empréstimos e financiamentos	-862.123	0
6.03.02	Juros pagos – Empréstimos e financiamentos	-63.057	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.03.03	Pagamento de passivo de arrendamento	-774.615	0
6.03.04	Juros pagos sobre passivo de arrendamento	-941.360	0
6.03.05	Pagamentos pelas operações de grupamento e desdobramento de ações	-246	0
6.03.06	Incentivos de arrendamentos recebidos	104.959	0
6.03.07	Instrumentos financeiros derivativos	85.066	0
6.03.08	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-1.631.400	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-932.940	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.610.324	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.677.384	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	309.697	10.192.763	0	-2.960	23.977.391	0	23.977.391
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	309.697	10.192.763	0	-2.960	23.977.391	0	23.977.391
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	17.021	-790.000	0	-772.979	0	-772.979
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	17.021	0	0	17.021	0	17.021
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-790.000	0	-790.000	0	-790.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.786.664	0	1.786.664	0	1.786.664
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.786.664	0	1.786.664	0	1.786.664
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	24.302	0	0	24.302	0	24.302
5.06.04	Dividendos não reclamados	0	0	24.302	0	0	24.302	0	24.302
5.07	Saldos Finais	13.477.891	309.697	10.234.086	996.664	-2.960	25.015.378	0	25.015.378

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636	0	26.404.636
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636	0	26.404.636
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-12.158	-2.540.000	-500.000	0	-3.052.158	0	-3.052.158
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	11.751	0	0	0	11.751	0	11.751
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-47.906	0	0	0	-47.906	0	-47.906
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.050.000	0	0	-2.050.000	0	-2.050.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-490.000	-500.000	0	-990.000	0	-990.000
5.04.08	Frações de ações prescritas	0	23.997	0	0	0	23.997	0	23.997
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.773.008	0	1.773.008	0	1.773.008
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.773.008	0	1.773.008	0	1.773.008
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.477.891	357.411	10.019.460	1.273.008	-2.284	25.125.486	0	25.125.486

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	15.380.693	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.870.342	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-489.649	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.406.644	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.591.534	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.815.110	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.974.049	0
7.04	Retenções	-3.535.006	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.535.006	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.439.043	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.381.504	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-44.733	0
7.06.02	Receitas Financeiras	1.426.237	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.820.547	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.820.547	0
7.08.01	Pessoal	648.797	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	418.353	0
7.08.01.02	Benefícios	160.959	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	43.636	0
7.08.01.04	Outros	25.849	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.211.349	0
7.08.02.01	Federais	1.628.269	0
7.08.02.02	Estaduais	1.518.232	0
7.08.02.03	Municipais	64.848	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.173.611	0
7.08.03.01	Juros	2.496.220	0
7.08.03.02	Aluguéis	677.391	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.786.664	0
7.08.04.02	Dividendos	790.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	996.664	0
7.08.05	Outros	126	0



Comentário do Desempenho

2T26 | RELEASE DE RESULTADOS



O 2T26 reforça a execução consistente das prioridades estratégicas e contribui para um sólido primeiro semestre

RECEITA DE SERVIÇOS

6,1% A/A
(6M26)

Crescimento impulsionado pela boa performance nas linhas de móvel e fixo

ARPU MÓVEL

5,4% A/A
(6M26)

Pós-pago e novas receitas sustentam recorde de ARPU

RECEITA DE SERVIÇOS B2B (EX-WHOLESALE)

16,6% A/A
(12 meses até jun/2026)

Inovação e tecnologia impulsionam a expansão do B2B e aceleram a geração de novas receitas

EBITDA-AL

7,8% A/A
(6M26)

Forte crescimento com expansão de margem: **38,7%** (+0,6 p.p. A/A)

FLUXO DE CAIXA OP.

11,7% A/A
(6M26)

Geração de caixa, com aumento de Margem: **22,1%** (+1,1 p.p. A/A)

REMUNERAÇÃO ACIONISTA

R\$ 790 Mi
(6M26)

Anunciados como Juros sobre Capital Próprio até junho de 2026

TIM Controle Fit: Flexibilidade para capturar diferentes perfis de clientes



- Reposicionamento do TIM Controle com ofertas mais aderentes aos diferentes perfis de consumo, ampliando a competitividade do portfólio
- Modelo flexível e escalável, com opções de assinatura mensal e anual, aumentando a capacidade de aquisição e retenção de clientes
- Modelo de assinatura mensal e anual reforça a estratégia de valor da TIM ao combinar simplicidade, personalização e conveniência



TIM Play: Novo posicionamento OTT, tudo em um só lugar



- Novo posicionamento OTT consolida conteúdo e serviços digitais em uma experiência integrada, simples e conveniente para o cliente
- Evolução de benefícios avulsos para uma plataforma unificada, fortalecendo engajamento, fidelização e recorrência
- Portfólio disponível em três tiers de preço, criando uma nova camada de valor para o ecossistema B2C da companhia



TIM Ultracombo: fibra e móvel em uma oferta integrada



- Convergência entre serviços móveis e fixos em uma única oferta, simplificando a experiência do cliente
- Estratégia amplia o mercado endereçável da TIM ao converter cobertura de fibra disponível em novas oportunidades comerciais
- Aquisição da I-Systems fortalece integração operacional, eficiência e opcionalidades para acelerar o crescimento da estratégia FTTH



Nota: EBITDA e Lucro Líquido normalizados conforme itens apontados em suas respectivas seções. EBITDA-AL excluindo o impacto das multas do descomissionamento dos sites. Fluxo de Caixa Operacional ("FCO") representa o EBITDA-AL (-) Capex.



Comentário do Desempenho

2T26 | RELEASE DE RESULTADOS



DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Descrição	2T26	2T25	%A/A	1T26	%T/T	6M26	6M25	% A/A
<i>FINANCEIRO (R\$ milhões)</i>								
Receita Líquida	6.965	6.600	5,5%	6.806	2,3%	13.772	12.994	6,0%
Receita de Serviços	6.785	6.417	5,7%	6.644	2,1%	13.429	12.657	6,1%
Serviço Móvel	6.369	6.089	4,6%	6.253	1,8%	12.622	12.010	5,1%
Serviço Fixo	416	328	27,0%	391	6,4%	808	646	24,9%
Custos Normalizados* da Operação	(3.380)	(3.249)	4,0%	(3.519)	-4,0%	(6.899)	(6.558)	5,2%
EBITDA Normalizado*	3.586	3.351	7,0%	3.287	9,1%	6.873	6.435	6,8%
Margem EBITDA Normalizada*	51,5%	50,8%	0,7p.p.	48,3%	3,2p.p.	49,9%	49,5%	0,4p.p.
EBITDA-AL Normalizado*	2.802	2.600	7,8%	2.523	11,1%	5.326	4.940	7,8%
Margem EBITDA-AL Normalizada*	40,2%	39,4%	0,8p.p.	37,1%	3,2p.p.	38,7%	38,0%	0,6p.p.
Lucro Líquido Normalizado*	1.036	976	6,2%	821	26,2%	1.857	1.786	4,0%
Capex	(935)	(882)	6,0%	(1.354)	-31,0%	(2.289)	(2.221)	3,0%
FCO (EBITDA-AL Normalizado* - Capex)	1.868	1.718	8,7%	1.169	59,7%	3.037	2.719	11,7%
<i>OPERACIONAL ('000)</i>								
Base Móvel de Clientes	61.879	62.194	-0,5%	61.986	-0,2%	61.879	62.194	-0,5%
Pré-pago	28.211	30.679	-8,0%	28.871	-2,3%	28.211	30.679	-8,0%
Pós-pago	33.668	31.515	6,8%	33.116	1,7%	33.668	31.515	6,8%
Base de Clientes TIM Ultrafibra	899	799	12,5%	880	2,2%	899	799	12,5%

* EBITDA normalizado por efeitos não recorrentes nos Custos e Despesas Operacionais (+R\$ 72,1 milhões no 2T26, +R\$ 6,0 milhões no 1T26, +R\$ 1,1 milhão no 2T25 e +R\$ 19,0 milhões no 1T25). Lucro Líquido normalizado por efeitos não recorrentes no EBITDA e no IR/CS (-R\$ 5,4 milhões no 2T26, -R\$ 2,0 milhões no 1T26, -R\$ 387 mil no 2T25 e -R\$ 6,5 milhões no 1T25). EBITDA-AL excluindo o impacto das multas do descomissionamento dos sites.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONFERÊNCIA DE RESULTADOS

28 de julho de 2026, às:
11h (BRT) / 10h (US EST)
Videoconferência (Zoom): [Clique aqui](#)

CONTATOS

E-mail: ri@timbrasil.com.br
Website: ri.tim.com.br

Comentário do Desempenho**EVENTOS RECENTES E SUBSEQUENTES****Remuneração aos Acionistas**

No dia 17 de junho de 2026, o Conselho de Administração da TIM S.A. aprovou a distribuição de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 400 milhões. Para mais detalhes, acesse o site de Relações com Investidores da TIM S.A.: [Arquivamentos](#)

**Aporte de Capital em Subsidiárias Integrais da TIM S.A.**

Em julho de 2026, o Conselho de Administração aprovou aportes de capital de até R\$ 600 milhões na I-Systems e de até R\$ 70 milhões na V8.Tech, ambas subsidiárias integrais da TIM S.A. Os recursos, provenientes do caixa da Companhia, serão destinados principalmente ao pagamento antecipado de obrigações financeiras dessas empresas, contribuindo para a otimização da estrutura de capital e a redução de custos financeiros do grupo TIM no Brasil. A operação não altera o capital social da TIM S.A. nem sua participação nas subsidiárias. Para mais detalhes, acesse o site de Relações com Investidores da TIM S.A.: [Arquivamentos](#)

Comentário do Desempenho

DESTAQUES FINANCEIROS

RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL

Descrição	2T26	2T25	% A/A	1T26	% T/T	6M 26	6M 25	% A/A
R\$ milhões								
Receita Líquida Total	6.965	6.600	5,5%	6.806	2,3%	13.772	12.994	6,0%
Receita de Serviços	6.785	6.417	5,7%	6.644	2,1%	13.429	12.657	6,1%
Serviço Móvel	6.369	6.089	4,6%	6.253	1,8%	12.622	12.010	5,1%
Gerada pelo Cliente	5.877	5.703	3,1%	5.819	1,0%	11.696	11.245	4,0%
Interconexão	90	91	-0,2%	110	-17,8%	200	174	15,0%
Plataforma de Clientes	63	29	117,3%	26	139,8%	89	51	76,0%
Outras Receitas	338	267	26,9%	298	13,5%	636	541	17,7%
Serviço Fixo	416	328	27,0%	391	6,4%	808	646	24,9%
dos quais TIM Ultrafibra	247	226	9,5%	243	1,8%	490	444	10,4%
Receita de Produtos	181	183	-1,5%	162	11,6%	342	337	1,7%

Receita Líquida Total (“RL”): R\$ 6.965 milhões no 2T26 (+5,5% A/A; +6,0% A/A nos 6M26)

A Receita Líquida Total avançou no período, refletindo o desempenho positivo da receita de Serviços.

Receita de Serviços (+5,7% A/A no 2T26; +6,1% A/A nos 6M26)

O crescimento foi sustentado pela evolução de todas as frentes, com destaque para a TIM Ultrafibra e o segmento B2B, com V8.Tech e IoT, que seguem ampliando sua relevância na composição dos resultados, refletindo a estratégia da Companhia de crescer por meio de múltiplas linhas de negócio. Com uma visão 360º, em julho, a TIM renovou seu portfólio com ofertas para aprimorar a experiência dos clientes e expandir as oportunidades em áreas como entretenimento, convergência e nos serviços de mobilidade.

Receita de Produtos (-1,5% A/A no 2T26; +1,7% A/A nos 6M26)

A receita de produtos ficou praticamente em linha na comparação anual à medida que a evolução do mix de produtos e a contribuição das iniciativas de diversificação ajudaram a mitigar a sazonalidade observada na venda de equipamentos de IoT.

Comentário do Desempenho

SEGMENTO MÓVEL:

Receita de Serviço Móvel ("RSM") (+4,6% A/A no 2T26; +5,1% A/A nos 6M26) | ARPU Móvel (R\$ 34,3 no 2T26; +5,0% A/A)

O desempenho da RSM refletiu a evolução do pós-pago e a maior contribuição de novas frentes de receita, reforçando uma dinâmica cada vez mais diversificada de crescimento do ARPU¹ móvel, em meio a um ambiente competitivo mais movimentado em função do Dia das Mães e da Copa do Mundo FIFA.

Receita Gerada pelo Cliente ("RGC") (+3,1% A/A no 2T26; +4,0% A/A nos 6M26)

A evolução do RGC refletiu uma contribuição mais moderada do pós-pago, em função de uma base comparativa mais equilibrada. O desempenho foi parcialmente impactado pela redução das receitas do pré-pago, embora sua trajetória tenha permanecido estável na comparação trimestral, e pela menor contribuição das receitas de roaming internacional.

Receita de Interconexão (-0,2% A/A no 2T26; +15,0% A/A nos 6M26)

O desempenho permaneceu praticamente estável na comparação anual.

Receita de Plataforma de Clientes (+117,3% A/A no 2T26; +76,0% A/A nos 6M26)

O crescimento refletiu o desempenho da frente de publicidade móvel.

Outras Receitas (+26,9% A/A no 2T26; +17,7% A/A nos 6M26)

O crescimento da linha "Outros" foi impulsionado principalmente pela evolução das receitas de B2B, com destaque para IoT, refletindo a evolução dos projetos e a contribuição das iniciativas de diversificação de receitas da Companhia.

A seguir, o desempenho por perfil de cliente móvel:

PÓS-PAGO

Receita (+5,8% A/A no 2T26; +6,6% A/A nos 6M26) | ARPU ex-M2M (R\$ 55,7 no 2T26; +0,7% A/A)

O crescimento do pós-pago foi apoiado pela aquisição de novos clientes, com expansão de 6,8% da base, e pelos reajustes de preços aplicados às ofertas no primeiro trimestre. Como resultado, o pós-pago alcançou cerca de 70% da RSM, evidenciando a evolução bem-sucedida para um mix de clientes mais resiliente.

PRÉ-PAGO

Receita (-6,9% A/A no 2T26; -6,7% A/A nos 6M26) | ARPU (R\$ 14,4 no 2T26; +1,1% A/A)

A receita pré-paga refletiu a dinâmica competitiva do mercado e a pressão sobre a recorrência de recargas. Apesar do recuo, a linha segue em trajetória de estabilização trimestral frente aos níveis observados no final de 2025, contribuindo para a evolução do ARPU.

¹ ARPU (ou "Average Revenue Per User") representa a Receita Média por Usuário.

Comentário do Desempenho

SEGMENTO FIXO

Receita de Serviço Fixo ("RSF") (+27,0% A/A no 2T26; +24,9% A/A nos 6M26)

A performance da RSF refletiu principalmente o avanço da Ultrafibra, além da contribuição da V8.Tech, cuja receita passou a ser consolidada no segmento fixo após a conclusão da aquisição no 1T26.

TIM ULTRAFIBRA

Receita (+9,5% A/A no 2T26; +10,4% A/A nos 6M26) | ARPU FTTH (R\$ 92,8 no 2T26; +0,8% A/A)

A TIM Ultrafibra manteve trajetória positiva, com crescimento de receita pelo terceiro trimestre consecutivo e avanço de 12,5% A/A na base de clientes, refletindo mais uma evolução consistente de uma operação hoje praticamente 100% FTTH.

E como próximo passo de sua estratégia de crescimento sustentável e captura de valor, a TIM lançou em julho o TIM Ultracombo, sua primeira oferta convergente entre serviços móveis e fixos. A iniciativa busca explorar novas oportunidades de crescimento, apoiada pela infraestrutura de fibra fortalecida com a incorporação da I-Systems.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2T26	2T25	% A/A	1T26	% T/T	6M 26	6M 25	% A/A
<i>R\$ milhões</i>								
Custos Reportados da Operação	(3.452)	(3.250)	6,2%	(3.525)	-2,1%	(6.977)	(6.579)	6,0%
Custos Normalizados* da Operação	(3.380)	(3.249)	4,0%	(3.519)	-4,0%	(6.899)	(6.558)	5,2%
Pessoal	(406)	(378)	7,3%	(383)	6,2%	(789)	(736)	7,1%
Comercialização	(964)	(952)	1,2%	(936)	3,0%	(1.900)	(1.914)	-0,8%
Rede e Interconexão	(1.287)	(1.247)	3,2%	(1.496)	-14,0%	(2.783)	(2.569)	8,3%
Gerais e Administrativos	(229)	(207)	10,5%	(221)	3,6%	(451)	(418)	7,7%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(240)	(256)	-6,1%	(225)	6,8%	(465)	(464)	0,1%
Provisão para Devedores Duvidosos	(264)	(191)	38,1%	(225)	17,2%	(490)	(373)	31,1%
Outras receitas (despesas) operacionais	11	(17)	n.a.	(33)	n.a.	(22)	(83)	-72,9%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(3.140)	(2.993)	4,9%	(3.294)	-4,7%	(6.434)	(6.094)	5,6%

* Custos da Operação normalizados por: ajuste no preço de aquisição da I-Systems (+R\$ 56,3 milhões no 2T26), custos com serviços de consultoria para projetos estratégicos (+R\$ 15,7 milhões no 2T26 e +R\$ 6,0 milhões no 1T26), e custos com serviços jurídicos no âmbito do encerramento da disputa com o antigo parceiro de serviços financeiros (+R\$ 1,1 milhão no 2T25 e +R\$ 19,0 milhões no 1T25).

Custos e Despesas Operacionais: R\$ 3.380 milhões no 2T26 (+4,0% A/A; 48,5% da RL | +5,2% A/A nos 6M26)

A evolução dos Custos e Despesas Operacionais Normalizados esteve associada, principalmente, aos impactos da consolidação dos ativos da V8.Tech e da I-Systems, que passaram a afetar a estrutura de custos no primeiro semestre. Ainda assim, o aumento registrado ficou abaixo da inflação anual a partir de junho (4,64%²).

Pessoal: (+7,3% A/A no 2T26; 5,8% da RL | +7,1% A/A nos 6M26)

² IPCA de 12 meses acumulados encerrados em junho de 2026. Fonte: IBGE.

Comentário do Desempenho

O crescimento é explicado basicamente pelos efeitos de V8.Tech e I-Systems. Excluindo esses impactos, a linha teria apresentado queda de 1,5% A/A em razão de menores gastos com benefícios para colaboradores e encargos sociais, em linha com a estratégia da empresa de ter uma estrutura organizacional mais eficiente.

❏ **Comercialização (+1,2% A/A no 2T26; 13,8% da RL | -0,8% A/A nos 6M26)**

A variação reflete maiores gastos com publicidade, associados às iniciativas de fortalecimento da marca realizadas ao longo do ano, incluindo patrocínios como o Big Brother Brasil. Esse efeito foi parcialmente compensado por menores custos com Fistel e pela redução das despesas com canais de atendimento, impulsionada pelas iniciativas de digitalização, como a menor demanda por atendimento humano e a mudança no mix de pagamento.

❏ **Rede e Interconexão (+3,2% A/A no 2T26; 18,5% da RL | +8,3% A/A nos 6M26)**

A linha apresentou desaceleração no ritmo de crescimento, beneficiada principalmente pela redução das despesas com roaming internacional, devido a sazonalidade, e pela eliminação parcial (2 meses) das despesas de aluguel relacionadas à I-Systems. Esses efeitos foram parcialmente limitados por maiores gastos com provedores de conteúdo digital e por custos associados à V8.Tech.

❏ **Gerais e Administrativas ("G&A")³ (+10,5% A/A no 2T26; 3,3% da RL | +7,7% A/A nos 6M26)**

O aumento decorre dos impactos de V8.Tech e I-Systems e de maiores gastos com a contratação de serviços profissionais especializados. Excluindo os impactos das empresas adquiridas, a linha teria apresentado alta de 4,8% A/A.

❏ **Custo de Mercadorias Vendidas ("CMV") (-6,1% A/A no 2T26; 3,4% da RL | +0,1% A/A nos 6M26)**

A variação está em linha com o recuo da receita de produtos no período.

❏ **Provisões para Devedores Duvidosos ("PDD") (+38,1% A/A no 2T26; 3,8% da RL | +31,1% A/A nos 6M26) | % Receita Bruta Total (2,4%; +0,4 p.p. A/A)**

O aumento reflete, principalmente, um impacto pontual relacionado a um cliente de B2B/Wholesale, além da expansão da base pós-paga, naturalmente mais exposta ao risco de inadimplência.

❏ **Outras Despesas (Receitas) Operacionais⁴ (R\$ 11 milhões de receita no 2T26 | -72,9% A/A nos 6M26)**

O resultado positivo foi impulsionado pelo efeito favorável do descomissionamento de torres e pelo menor nível de provisões para contingências fiscais.

³ A linha de G&A teve impacto não recorrente de R\$ 15,7 milhões no 2T26 e R\$ 6,0 milhões no 1T26, referente a custos com serviços de consultoria para projetos estratégicos, e de R\$ 1,1 milhão no 2T25 e R\$ 19,0 milhões no 1T25, relativos a serviços jurídicos no âmbito do encerramento da disputa com o antigo parceiro de serviços financeiros.

⁴ A linha de Outras Despesas (Receitas) Operacionais teve impacto não recorrente de R\$ 56,3 milhões no 2T26, referente ao ajuste de preço da aquisição da I-Systems.



Comentário do Desempenho

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

Do EBITDA ao Lucro Líquido (2T26) (R\$ Mi; %A/A)



EBITDA⁵: R\$ 3.586 milhões no 2T26 (+7,0% A/A; +6,8% A/A nos 6M26) | Margem: 51,5% no 2T26 (+0,7 p.p. A/A)

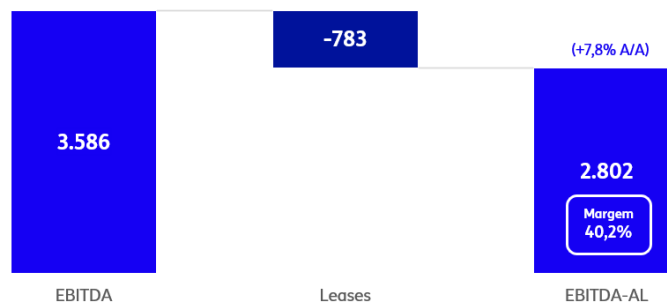
O EBITDA Normalizado apresentou crescimento consistente, sustentado pela expansão da receita de serviços e pela disciplina na gestão de custos, mesmo em meio ao incremento de despesas decorrente da consolidação dos ativos.

EBITDA-AL⁶: R\$ 2.802 milhões no 2T26 (+7,8% A/A; +7,8% A/A nos 6M26) | Margem-AL: 40,2% no 2T26 (+0,8 p.p. A/A)

EBITDA-AL ("After Lease") Normalizado corresponde ao EBITDA Normalizado após os efeitos dos arrendamentos ("leases"). A expansão do indicador reflete a melhora operacional no período e a gestão ativa dos *leases*, apoiada por renegociações contratuais e acordos de RAN *sharing*.

Com isso, os custos com leases seguem controlados, refletindo o menor crescimento das despesas associadas aos contratos de infraestrutura de rede, apesar do aumento dos aluguéis relacionados ao maior uso de usinas solares, em linha com a otimização da matriz energética e a eficiência dos custos de energia.

EBITDA-AL (2T26) (R\$ Mi; %A/A)



DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ("D&A")

⁵ EBITDA normalizado por efeitos não recorrentes nos Custos e Despesas Operacionais (+R\$ 72,1 milhões no 2T26, +R\$ 6,0 milhões no 1T26, +R\$ 1,1 milhão no 2T25 e +R\$ 19,0 milhões no 1T25).

⁶ EBITDA-AL normalizado por efeitos não recorrentes no EBITDA e excluindo o impacto das multas do descomissionamento dos sites.

Comentário do Desempenho

Descrição	2T26	2T25	% A/A	1T26	% T/T	6M 26	6M 25	% A/A
R\$ milhões								
Depreciação	(1.281)	(1.292)	-0,9%	(1.234)	3,8%	(2.515)	(2.558)	-1,7%
dos quais Depreciação de Arrendamentos	(453)	(423)	7,0%	(443)	2,2%	(895)	(838)	6,9%
Amortização	(516)	(484)	6,5%	(505)	2,2%	(1.020)	(964)	5,9%
D & A Total	(1.796)	(1.776)	1,1%	(1.739)	3,3%	(3.535)	(3.522)	0,4%

D&A (+1,1% A/A no 2T26; +0,4% A/A nos 6M26)

A dinâmica da linha permanece controlada e alinhada à evolução do Capex, sendo o crescimento observado influenciado principalmente pelos impactos da aquisição da I-Systems, que contribuiu com dois meses de despesas de depreciação e amortização no período.

RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2T26	2T25	% A/A	1T26	% T/T	6M 26	6M 25	% A/A
R\$ milhões								
Itens Caixa	(589)	(475)	23,9%	(565)	4,1%	(1.154)	(885)	30,4%
Juros sobre Dívidas Financeiras (Líquido de Derivativos)	(97)	(97)	0,5%	(77)	25,8%	(174)	(165)	5,7%
Juros relacionados a Caixa e Equivalentes de Caixa	175	175	-0,2%	199	-12,2%	373	342	9,1%
Juros sobre Arrendamentos	(421)	(388)	8,6%	(463)	-9,1%	(885)	(760)	16,4%
Outros	(245)	(166)	47,8%	(224)	9,4%	(468)	(302)	55,0%
Itens Não Caixa	20	100	-80,3%	36	-44,6%	55	(88)	n.a.
Marcação a Mercado de Derivativos	4	24	-82,0%	30	-85,4%	34	4	708,5%
Marcação a Mercado do C6	-	-	-	-	-	-	(166)	n.a.
Outros	15	76	-79,8%	6	n.a.	21	73	-71,3%
Resultado Financeiro Líquido	(569)	(375)	51,8%	(530)	7,3%	(1.099)	(973)	12,9%

* Os montantes relacionados ao Fundo 5G foram reclassificados gerencialmente da linha de 'Outros Itens Caixa' para 'Outros Itens Não Caixa' para refletir melhor a natureza desses efeitos, sem impacto no Resultado Financeiro total.

Resultado Financeiro (+51,8% A/A no 2T26; +12,9% A/A nos 6M26)

A piora do resultado financeiro reflete, principalmente, uma base comparativa desfavorável frente ao 2T25, período beneficiado por: (i) reversão de atualização monetária de contingência cível, conforme Nota 24 do ITR, reconhecida após decisão favorável do Supremo Tribunal Federal à TIM em ação relacionada à qualidade da prestação de serviços (R\$ 119 milhões); e (ii) performance mais positiva do fundo 5G (R\$ 76 milhões no 2T25 vs R\$ 15 milhões no 2T26). Além disso, o resultado do 2T26 também foi pressionado pelo aumento das despesas com juros sobre arrendamentos e pelos efeitos da consolidação da I-Systems (R\$ 13 milhões).

Comentário do Desempenho

Imposto de Renda e Contribuição Social (“IR/CS”)⁷ (-15,6% A/A no 2T26; +233,0% A/A nos 6M26)

O IR/CS Normalizado totalizou -R\$ 168 milhões no 2T26 (alíquota efetiva de -13,9%), vs. -R\$ 199 milhões no 2T25 (alíquota efetiva de -16,9%). A redução é decorrente de maior deliberação de Juros sobre Capital Próprio no 2T26 em comparação ao 2T25 (R\$ 400 milhões vs. R\$ 300 milhões, respectivamente).

Lucro Líquido⁸: R\$ 1.036 milhões no 2T26 (+6,2% A/A; +4,0% A/A nos 6M26)

O Lucro Líquido Normalizado atingiu o maior patamar já observado para um segundo trimestre. Com isso, o Lucro por Ação (LPA) Normalizado alcançou R\$ 0,43 no 2T26, frente a R\$ 0,40 no 2T25.

INVESTIMENTOS E FLUXO DE CAIXA

CAPEX

Descrição	2T26	2T25	% A/A	1T26	% T/T	6M 26	6M 25	% A/A
R\$ milhões								
Rede	647	622	4,0%	1.044	-38,0%	1.691	1.650	2,5%
TI e Outros	288	260	10,8%	310	-7,1%	598	571	4,7%
Capex	935	882	6,0%	1.354	-31,0%	2.289	2.221	3,0%
Capex/Receita Líquida	13,4%	13,4%	0,1p.p.	19,9%	-6,5p.p.	16,6%	17,1%	-0,5p.p.

Capex: R\$ 935 milhões no 2T26 (+6,0% A/A; 13,4% da RL | +3,0% A/A nos 6M26)

O aumento reflete maiores investimentos em TI e em projetos voltados à evolução tecnológica e operacional da Companhia, além da consolidação dos investimentos em fibra associados à I-Systems na linha de Rede, em linha com o esperado para o período.

⁷ A linha de IR/CS teve efeitos não recorrentes no montante de -R\$ 5,4 milhões no 2T26, -R\$ 2,0 milhões no 1T26, -R\$ 387 mil no 2T25 e -R\$ 6,5 milhões no 1T25.
⁸ Lucro Líquido normalizado por efeitos não recorrentes no EBITDA e IR/CS.

Comentário do Desempenho

FLUXO DE CAIXA

Descrição	2T26	2T25	% A/A	1T26	% T/T	6M 26	6M 25	% A/A
<i>R\$ milhões</i>								
EBITDA Reportado	3.514	3.350	4,9%	3.281	7,1%	6.795	6.415	5,9%
Capex	(935)	(882)	6,0%	(1.354)	-31,0%	(2.289)	(2.221)	3,0%
EBITDA Reportado - Capex	2.579	2.468	4,5%	1.927	33,8%	4.506	4.194	7,5%
Ajuste valor justo I-System s	56	-	n.a.	-	n.a.	56	-	n.a.
Δ Capital de Giro e In posto de Renda	(570)	(549)	3,8%	(686)	-16,9%	(1.256)	(1.193)	5,3%
Pagamento de Leases*	(823)	(791)	4,0%	(788)	4,4%	(1.611)	(1.579)	2,0%
dos quais Multas	-	-	-	(23)	n.a.	(23)	(31)	-25,6%
Fluxo de Caixa Operacional Livre	1.242	1.128	10,1%	453	174,5%	1.695	1.422	19,2%

* Foram reconhecidos incentivos sobre o pagamento de leases em linha com as condições contratuais acordadas, reduzindo o valor desembolsado no período (+R\$ 39,2 milhões no 2T26, +R\$ 65,8 milhões no 1T26 e +R\$ 3,8 milhões no 1T25).

Fluxo de Caixa Operacional ("FCO"): R\$ 1.868 milhões no 2T26 (+8,7% A/A; +11,7% A/A nos 6M26) | Margem: 26,8% no 2T26 (+0,8 p.p. A/A)

O FCO, que corresponde ao EBITDA-AL Normalizado (-) Capex, apresentou nova expansão no trimestre, refletindo a capacidade da Companhia de converter evolução operacional em geração de caixa, com disciplina na alocação de investimentos.

Fluxo de Caixa Operacional Livre ("FCOL"): R\$ 1.242 milhões no 2T26 (+10,1% A/A; +19,2% A/A nos 6M26)

O avanço do FCOL reflete a sólida performance operacional no período, parcialmente limitado pelo maior desembolso com Impostos sobre a Renda e o aumento dos gastos com leases. Excluindo os Impostos sobre a Renda, o capital de giro contribuiu positivamente para o FCOL no 2T26, impulsionado por uma melhor dinâmica do contas a receber.

POSIÇÃO DE CAIXA

As posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 4.530 milhões ao final de junho de 2026, redução de 17,2% A/A, refletindo principalmente o desembolso pela aquisição da participação remanescente da I-Systems, a antecipação de dividendos do exercício de 2025, pagos em dezembro de 2025, e o pagamento da primeira parcela de debêntures da TIM S.A.

É válido destacar ainda que o pagamento integral da TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento), que compõe a taxa Fistel, está suspenso desde 2020. O montante total registrado até 30 de junho de 2026 foi de R\$ 4,8 bilhões, sendo R\$ 3,5 bilhões de principal e R\$ 1,3 bilhão de juros moratórios incidentes.

Comentário do Desempenho

DÍVIDA

PERFIL DA DÍVIDA

Emissões	Moeda	Taxa de Juros	Vencimento	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
R\$ milhões						
Debêntures	BRL	PCA + 4,0432% a.a.	06/28	709	707	1.416
BNDES Finance	BRL	PCA + 4,2283% a.a.	11/31	56	246	302
I-System s	BRL/USD	CDI+ 2,10% a CDI+ 2,50%	10/30 a 05/32	131	436	568
V8.Tech	BRL	CDI+ 2,42% a CDI+ 3,91%	04/26 a 04/28	27	28	55
BNB	BRL	PCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	02/28	185	123	308
Dívida Financeira Total				1.109	1.540	2.649
Licença (SG)	BRL	Selec	12/40	72	943	1.015
Dívida Total Antes do Lease				1.181	2.483	3.664
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M (13,97% a.a.)	11/48	1.638	11.976	13.614
Dívida Total				2.818	14.459	17.278

DÍVIDA LÍQUIDA

Descrição	2T26	1T26	4T25	3T25
R\$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	1.109	979	926	955
Dívida de Longo Prazo	1.540	1.853	1.853	1.900
Dívida Financeira Total	2.649	2.832	2.779	2.855
Caixa e Equivalentes de Caixa + TVM	(4.530)	(5.871)	(5.885)	(6.529)
Derivativos Líquidos-ex C6	(230)	(311)	(283)	(195)
Dívida Financeira Líquida	(2.110)	(3.350)	(3.389)	(3.868)
Licença (SG)	1.015	993	971	1.015
Dívida Líquida AL	(1.096)	(2.357)	(2.418)	(2.853)
Lease Total	13.614	13.677	13.531	13.264
Dívida Líquida Total	12.518	11.320	11.112	10.411
Dívida Líquida AL/EBITDA AL Normalizado*	-0,1x	-0,22x	-0,23x	-0,28x
Dívida Líquida Total/EBITDA Normalizado	0,89x	0,82x	0,82x	0,79x

*EBITDA 12M "após o pagamento de Leases", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a Leases financeiros.

DÍVIDA LP POR VENCIMENTO

Ano	Pro-Forma	Incluindo IFRS 9, 15 e 16
R\$ milhões		
2027	254	1.027
2028	997	2.745
2029	243	1.877
2030	243	1.576
Após 2030	746	7.234
Dívida Total	2.483	14.459

A Dívida Total pós-hedge (incluindo os derivativos líquidos no valor de R\$ 230 milhões) totalizou R\$ 17.048 milhões ao final de junho de 2026, um aumento de R\$ 292 milhões vs. 2T25. A elevação da dívida reflete o incremento dos passivos relacionados à V8.Tech e à I-Systems, parcialmente compensado pela redução da dívida financeira total.

Comentário do Desempenho



PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Ecossistema Digital

Serviços de Segurança



Na vertical de Seguros, a parceria estratégica com a EXA manteve sua trajetória de crescimento, alcançando no 2T26 uma penetração de aproximadamente 36% sobre a venda de aparelhos. O desempenho reforça a elevada aderência da oferta ao momento de compra do cliente e evidencia o potencial da vertical como importante alavanca de monetização incremental. Com resultados consistentes desde o início da operação, os seguros seguem se consolidando como um componente estratégico para a Companhia.

Serviços de Saúde



Na vertical de Saúde, a parceria estratégica com o Cartão de Todos segue apresentando resultados consistentes e ampliando sua relevância para a base TIM. Ao final do trimestre, a iniciativa ultrapassou 1,6 milhão de leads gerados e alcançou mais de 288 mil assinaturas acumuladas, reforçando o potencial de conversão da oferta e a capacidade de monetização da base com ofertas exclusivas para os clientes TIM.

Serviços Financeiros



A TIM avançou na implementação da parceria com o PicPay, iniciativa que fortalece sua estratégia de ecossistema digital e amplia as oportunidades de monetização da base por meio de ofertas integradas e benefícios cruzados. A parceria contribui para aprofundar o relacionamento com os clientes, aumentar o engajamento nas plataformas e desenvolver novas frentes de captura de valor, em linha com a estratégia de diversificação dos negócios da Companhia.

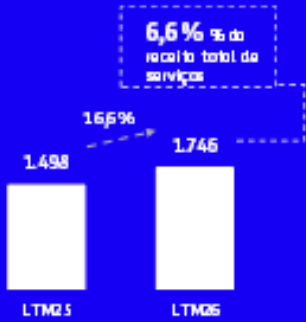
Na vertical de Consórcios, a parceria com a KSK alcançou a marca de 1 milhão de clientes TIM cadastrados na plataforma em menos de um ano de operação, com melhorias contínuas no fluxo de contratação reforçando a relevância da oferta e o potencial da vertical como alavanca de crescimento e geração de valor para a base.

Comentário do Desempenho

BUSINESS-TO-BUSINESS (B2B)

Receita B2B

A contratação de novos projetos B2B atingiu R\$ 192 milhões no 2T26, maior patamar da série histórica, refletindo a forte demanda por soluções de conectividade e transformação digital em segmentos estratégicos como Logística, Utilities, Agronegócio e Smart Cities. A receita de serviços B2B ex-Wholesale avançou 16,6% no LTM26, alcançando R\$ 1,7 bilhões, impulsionada pela expansão dos negócios de Soluções Corporativas, IoT, Data Partnerships e V8.Tech, representando 6,6% da receita total de serviços.



*Nota: LTM representa "Last 12 Months" (acumulado de 12 meses, considerando LTM25 o período entre jul/24 – jun/25 e LTM26 entre jul/25 – jun/26).

AMPLIANDO O PORTFÓLIO B2B COM RECEITAS GANHANDO RELEVÂNCIA

ATUALIZAÇÕES B2B

AGRICULTURA

29,6 Mi

hectares cobertos com 4G (+31,2% A/A)

UTILITIES

>558 mil

pontos de iluminação vendidos (+45,1% A/A)

LOGÍSTICA

13.776 km

rodovias cobertas (+97,3% A/A)

NOVOS PROJETOS

NOVA PARCERIA COM A CNH

Ampliando a presença de conectividade em 2 milhões de hectares em Minas Gerais.

PROJETO DE SMART GRID COM CPFL

Solução de rede privada ponta a ponta para dar suporte ao projeto de rede inteligente (smart grid) da CPFL.

PROJETO "CAMINHOS DA CELULOSE"

Novo parceria de concessão rodoviária no Mato Grosso do Sul, abrangendo 870 km, alinhada à nossa estratégia de Agronegócio.

IoT

R\$ 1,25 Bi

Em receita contratada

V8

PRIMEIROS PASSOS NA INTEGRAÇÃO TIM E V8

R\$ 102 Mi

Receita Líquida acumulada no ano (5 meses)

Entre as 10 primeiras empresas brasileiras a firmar parceria com a Anthropic

A parceria com a Claude aprimora a capacidade da V8 e da TIM de fornecer soluções de IA empresariais, expandindo sua proposta de valor B2B para além dos serviços tradicionais de conectividade.

Publicidade Móvel e Monetização de Dados

TIM Ads e Open Gateway seguem impulsionando a estratégia de diversificação de receitas da TIM no 2T26, com crescimento de mais de 50% no volume de campanhas em relação ao 2T25. O desempenho refletiu a expansão da base de anunciantes, a evolução do portfólio e o fortalecimento das capacidades de mídia e dados da companhia. No Open Gateway, a TIM continua ampliando sua oferta de soluções de autenticação, antifraude e validação de identidade, além de firmar parceria com a Aduna para acelerar a comercialização global de APIs. A companhia encerrou o trimestre com sete APIs disponíveis comercialmente. A evolução do TIM Insights e do Audience Builder, suportados por mais de 1.300 datapoints para segmentação de audiências e recursos de inteligência artificial, reforça o posicionamento da TIM como uma plataforma de dados, mídia e APIs, ampliando a personalização das campanhas e a geração de valor para clientes e anunciantes.

Este documento é de propriedade da TIM S.A. Todos os direitos reservados ©

Release de Resultados 2T26

Classificado como Público

PÁGINA: 36 de 123

Comentário do Desempenho

INDICADORES OPERACIONAIS

Descrição	2T26	2T25	% A/A	1T26	% T/T	6M 26	6M 25	% A/A
Base Móvel de Clientes (000)	61.879	62.194	-0,5%	61.986	-0,2%	61.879	62.194	-0,5%
Pré-Pago	28.211	30.679	-8,0%	28.871	-2,3%	28.211	30.679	-8,0%
Pós-Pago	33.668	31.515	6,8%	33.116	1,7%	33.668	31.515	6,8%
Pós-Pago ex-M 2M	26.128	24.964	4,7%	25.881	1,0%	26.128	24.964	4,7%
Adições Líquidas Base Móvel (000)	(108)	155	n.a.	12	n.a.	(95)	135	n.a.
Adições Líquidas Pós-Pago ex-M 2M (000)	247	451	-45,2%	188	31,6%	435	726	-40,1%
ARPU Móvel (R\$)	34,3	32,7	5,0%	33,7	1,8%	34,0	32,3	5,4%
Pré-Pago	14,4	14,3	1,1%	14,1	2,5%	14,2	14,1	1,3%
Pós-Pago	43,8	44,3	-1,2%	43,6	0,4%	43,7	44,0	-0,8%
Pós-Pago ex-M 2M	55,7	55,3	0,7%	55,1	1,0%	55,4	54,8	1,1%
Churn Mensal (%)	3,0%	2,9%	0,1p.p.	2,9%	0,2p.p.	3,0%	2,9%	0,1p.p.
Market share*	22,4%	23,4%	-0,9p.p.	22,7%	-0,2p.p.	22,4%	23,4%	-0,9p.p.
Pré-Pago	30,5%	31,2%	-0,8p.p.	30,9%	-0,5p.p.	30,5%	31,2%	-0,8p.p.
Pós-Pago	18,3%	18,8%	-0,4p.p.	18,4%	-0,1p.p.	18,3%	18,8%	-0,4p.p.
Pós-Pago ex-M 2M	20,7%	21,2%	-0,5p.p.	20,8%	-0,1p.p.	20,7%	21,2%	-0,5p.p.
Base de Clientes TM Ultrafibra (000)	899	799	12,5%	880	2,2%	899	799	12,5%
FTTH	896	779	15,0%	876	2,3%	896	779	15,0%
ARPU TM Ultrafibra (R\$)	93,3	95,6	-2,4%	94,4	-1,2%	93,9	94,4	-0,6%

* Dados do 2T26 foram publicados pela Anatel e são relativos a maio de 2026.

Comentário do Desempenho

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em seu Guidance mais recente ([clique aqui](#)), a TIM S.A. planeja distribuir R\$ 5,3 – 5,5 bilhões em 2026, refletindo o aumento da remuneração nos últimos anos e, para o longo prazo, projeta uma expansão do retorno aos acionistas em linha com o crescimento do fluxo de caixa.



Descrição	2023	2024	2025	2T26
Dividend Yield (%)	6,7	10,0	9,3	1,5
Payout (%)	83	87	139	131

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da TIM S.A. são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o ticker TIMS3, e seus ADRs são negociados na New York Stock Exchange (“NYSE”), sob o ticker TIMB.

Descrição	2T26	2025	% A/A
Cotação TIMS3 (R\$)*	21,87	21,34	2,5%
Cotação TIMB (US\$)*	21,42	19,51	9,8%
Quantidade de ações em circulação	2.392.125.889	2.392.125.889	–
Quantidade de ações em tesouraria	3.457.567	3.457.567	–
Lucro por Ação (LPA)	0,43	1,82	n.a.
Preço / Lucro (P/E)	50,5	11,8	n.a.

* Fonte: Site de Relações com Investidores da TIM S.A.: [Ações](#)

Comentário do Desempenho

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Destaques ESG do 2T26

- ❏ Pelo segundo ano consecutivo, a TIM recebeu a nota “A”, máxima, do CDP Supplier Engagement Assessment (SEA) por suas ações de engajamento com os fornecedores. Desde 2022, a Companhia avalia a maturidade ESG da sua cadeia de valor, alinhando essa análise à sua estratégia de negócios. Esse reconhecimento também é fruto das ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Compras Sustentáveis, que visa fortalecer as práticas de sustentabilidade entre os fornecedores.
- ❏ A TIM conquistou o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça (7ª edição), concedido pelo Ministério das Mulheres às empresas que apresentam práticas voltadas à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e à promoção da equidade racial no ambiente corporativo. A Companhia reafirma seu compromisso com a diversidade, a equidade e a inclusão, estabelecendo metas e desenvolvendo iniciativas que fortalecem uma cultura inclusiva e a valorização da diversidade.
- ❏ Mais de 400 mulheres aderiram ao programa Elas Fazem STEM, iniciativa da TIM voltada ao fortalecimento da presença feminina em áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM). Desenvolvido em parceria com a CMI Business Transformation, Mulheres Positivas e Pragma Brasil, o programa oferece uma jornada de desenvolvimento composta por masterclasses, sessões de mentoria e uma comunidade de troca de experiências. A iniciativa visa ampliar oportunidades de crescimento, conexão e protagonismo para mulheres na tecnologia.
- ❏ O Instituto TIM, em parceria com a Gerando Falcões, anunciou em abril as 10 organizações selecionadas na segunda edição do edital Fortalecendo Redes. Com a destinação total de R\$ 1 milhão para alavancar projetos de impacto social, os recursos foram distribuídos entre organizações da sociedade civil que integram a Rede Gerando Falcões e atuam com educação tecnológica, inovação social e protagonismo territorial. Cada uma das selecionadas receberá até R\$ 100 mil.
- ❏ No âmbito da celebração do Dia Mundial da Reciclagem (17/5), a TIM reforçou seu compromisso em estimular a economia circular. Por meio do seu Programa de logística reversa e de campanhas de arrecadação, educação ambiental e mobilização social realizadas em parceria com a Associação Brasileira de Reciclagem de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos (ABREE), foram recuperados, em 2025, 66,8 toneladas de resíduos eletroeletrônicos. Nesse segundo trimestre, a Companhia já superou a meta de reciclar ou reaproveitar 95% dos seus resíduos sólidos, alcançando o percentual de 99,8%.
- ❏ A TIM foi escolhida pela AXIA Energia para ampliar a conectividade 4G de 20 usinas hidrelétricas em diversas regiões do país. O processo de implantação, iniciado no segundo trimestre, tem previsão de se estender até o final de 2026. A parceria transformará a Usina Itumbiara, localizada na fronteira dos estados de Minas Gerais e Goiás, na primeira Usina Hidrelétrica 5G do Brasil. As novas antenas possibilitarão também o acesso à conectividade a cerca de 478 mil pessoas que vivem em regiões remotas onde estão localizadas as usinas.
- ❏ Referência na produção de grãos e algodão no Brasil, o Grupo JCN e a TIM implementaram um projeto de conectividade na Fazenda São Paulo, localizada na região do Baús, no Mato Grosso do Sul. Com a implantação de uma nova estrutura 4G dedicada para atender às necessidades da operação agrícola, será possível realizar o

Comentário do Desempenho

acompanhamento das atividades em tempo real, ampliando a integração entre máquinas, sistemas e equipes, além de contribuir para ganhos de produtividade, eficiência no uso de recursos como água e energia e tomada de decisão no campo.

-  Em linha com o compromisso de aumentar sua eficiência energética, a TIM terminou o 2º trimestre com 135 usinas do projeto Geração Distribuída (GD) em operação. Com predominância de plantas solares (118), além de 12 hidroelétricas, duas de biogás e três de gás natural, a GD é responsável por cerca de 67% da energia utilizada pela Companhia. Além disso, 100% da energia elétrica adquirida pela TIM é oriunda de fontes renováveis (com aquisição de I-RECs).
-  A TIM encerrou o 2º TRI com 1.890 biosites ativos em sua rede. Essas estruturas, similares a um poste comum, são uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico, menor custo e rápida instalação. Há mais de dez anos, TIM leva a tecnologia dos biosites para todas as regiões do Brasil, investindo em modelos cada vez mais modernos e sustentáveis.

Para acessar o informe trimestral de ESG, acesse: [Arquivamentos](#)

Comentário do Desempenho

AVISO LEGAL

As informações financeiras e operacionais consolidadas, divulgadas neste documento, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards) e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76. As comparações referem-se ao segundo trimestre ("2T26") e aos seis primeiros meses de 2026 ("6M26"), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Estas não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

1.1. Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detém 67,48 % do capital social da TIM S.A. em 30 de junho de 2026 (67,48 % em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Adicionalmente, a TIM possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em 30 de junho de 2026, a TIM detém 100% do capital social da V8.Tech Consulting S.A. ("V8") e 100% do capital social da I-Systems Soluções de Infraestrutura S.A. ("I-Systems"), sendo detido 49% em 31 de dezembro de 2025, quando era classificada como coligada, ambas controladas integralmente pela Companhia.

1.2. Combinação de negócios (IFRS 3/CPC 15 (R1))

1.2.1. Aquisição da I-Systems

1.2.1.1 Descrição da transação

Em 11 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição dos 51% remanescentes do capital social da I-Systems, empresa especializada em infraestrutura de fibra óptica e rede neutra. Até essa data, a Companhia detinha, sem controlar, 49% do capital social da adquirida e, com a conclusão da operação, passou a deter controle, adquirindo 100% do seu capital social, reforçando a estratégia da Companhia voltada à banda larga. Após o cumprimento das condições precedentes e das aprovações regulatórias aplicáveis, a transação foi concluída em 6 de maio de 2026, data em que a Companhia passou a exercer o controle da adquirida.

1.2.1.2 Contraprestação transferida

A contraprestação paga em caixa pela aquisição dos 51% remanescentes foi de R\$947.106.

Como a Companhia já detinha participação correspondente a 49% do capital social da I-Systems antes da obtenção do controle, a mensuração da combinação de negócios considerou, adicionalmente, o valor justo da participação anterior, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

Mensuração da combinação de negócios

Contraprestação transferida pela aquisição dos 51% remanescentes	947.106
Valor justo da participação anterior	909.964
Montante considerado na combinação de negócios	1.857.070

Aquisição da I-Systems, líquida do caixa adquirido

Pagamento em aquisição da I-Systems	947.106
Caixa adquirido	(29.679)
Pagamento em aquisição da I-Systems, líquido do caixa adquirido	917.427

Em razão da obtenção do controle, a participação anteriormente detida foi remensurada a valor justo na data da aquisição, em conformidade com o CPC 15 (R1) / IFRS 3. O valor encontrado pela remensuração dos 49% anteriormente detidos foi comparado ao investimento contábil em 30 de abril de 2026 e a diferença foi reconhecida como perda líquida de R\$ 56.311 no resultado do período, no grupo de outras receitas/(despesas) operacionais (vide nota 29).

1.2.1.3 Ativos adquiridos e passivos assumidos

A Administração utilizou as informações financeiras disponíveis em 30 de abril de 2026 como base para a mensuração preliminar dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da I-Systems na aquisição concluída em 6 de maio de 2026. A avaliação a valor justo desses ativos e passivos ainda está em andamento e, portanto, os montantes registrados são provisórios. Consequentemente, a diferença entre a contraprestação transferida acrescida do valor justo da participação previamente detida, e os ativos líquidos identificáveis da adquirida foi reconhecida provisoriamente como ágio. Esses valores poderão ser ajustados à medida que novas informações sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição se tornem disponíveis, observado o prazo máximo de 12 meses contados da data da aquisição.

Abaixo estão sumarizados os ativos adquiridos e passivos assumidos relacionados à aquisição da I-Systems (ativos líquidos) pela Companhia em 30 de abril de 2026, bem como os impactos sobre os resultados consolidados da mesma.

Notas Explicativas

	Valores reconhecidos na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	29.680
Títulos e valores mobiliários	82.391
Contas a receber de clientes	14.081
Impostos a recuperar	18.158
Despesas antecipadas	32.486
Depósitos judiciais	18.447
Outros ativos	9.492
Imobilizado	1.514.725
Intangível	43.588
Total de ativos	1.763.048
Passivos	
Fornecedores	88.313
Empréstimos e financiamentos	565.597
Obrigações trabalhistas	13.724
Impostos a recolher	46.547
Receitas diferidas	57.522
Provisão para contingências	5.278
Total de passivos	776.981
Total dos ativos identificáveis líquidos	986.067

Em razão da natureza *intercompany* das receitas da I-Systems, substancialmente realizadas com a TIM e eliminadas na consolidação, os montantes de receita da adquirida não produziram efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas, tanto no período compreendido entre a data da aquisição e 30 de junho de 2026 quanto considerando-se que a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2026.

1.2.1.4 Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)

O ágio provisório decorrente da aquisição foi apurado conforme segue:

Contraprestação transferida	947.106
Valor justo da participação previamente detida	909.964
Total considerado na combinação de negócios	1.857.070
(-) Ativos contábeis líquidos da I-Systems em 30 de abril de 2026	(986.067)
Goodwill provisório reconhecido	871.003

O ágio foi reconhecido provisoriamente, considerando que o laudo de PPA está em andamento e tal ágio está principalmente relacionado as sinergias operacionais esperadas com os negócios existentes do Grupo, do fortalecimento da atuação da TIM em infraestrutura de telecomunicações e da obtenção do controle integral da I-Systems. O ágio, quando da conclusão do laudo de PPA será alocado em nível consolidado, visto que os ativos adquiridos e passivos assumidos trazem benefícios ao negócio como um todo.

Notas Explicativas

1.2.2 Aquisição V8. Tech

1.2.2.1 Descrição da transação

Em 26 de novembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de 100% do capital social da V8 Consulting S.A. (“V8.Tech” ou “adquirida”), empresa de tecnologia fundada em 2014, especializada na integração de soluções digitais e prestação de serviços gerenciados, com previsão de pagamentos adicionais variáveis (*earn-outs*). A operação, alinhada à estratégia da TIM de fortalecimento do segmento B2B, esteve condicionada ao cumprimento de condições precedentes, incluindo a aprovação pelo CADE em 19 de dezembro de 2025, e o cumprimento de outras condições. O fechamento da aquisição pela TIM ocorreu em 30 de janeiro de 2026, data a partir da qual a Companhia passou a deter o controle da adquirida.

1.2.2.2 Contraprestação transferida

A contraprestação transferida pela aquisição foi composta conforme demonstrado abaixo:

Componentes da contraprestação	
Valor pago em caixa na aquisição(i)	99.735
Contraprestação contingente – <i>earn-out</i> (ii)	39.106
Total da contraprestação transferida	138.841

(i) Após a conclusão dos ajustes usuais do preço da transação, foi definido o pagamento inicial de R\$99.735 na data do fechamento, dos quais R\$ 9.719 permaneceram retidos para cobertura de eventuais ajustes futuros de preço, classificados como “Outros passivos e provisões”. Assim, o valor efetivamente pago em caixa na data da aquisição totalizou aproximadamente R\$ 90.016, sendo o valor retido de R\$ 9.719 integralmente liquidado posteriormente, em abril de 2026, atualizado monetariamente para R\$ 9.946 (totalizando R\$99.961 na data dos efetivos pagamentos).

(ii) O contrato de aquisição prevê pagamentos complementares variáveis (*earn-outs*), condicionados ao atingimento de metas previamente definidas até 2030. Na data da aquisição, a contraprestação contingente foi mensurada a valor justo, de acordo com o CPC 15 / IFRS 3, no montante de R\$ 39.106, valor este incluído na contraprestação total reconhecida mensurada. A contraprestação contingente foi classificada como instrumento financeiro e registrada como “Outros passivos e provisões”.

1.2.2.3 Ativos adquiridos e passivos assumidos

A Administração utilizou o balanço de 31 de janeiro de 2026, como base para a transação, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da V8. Tech, na data da aquisição pela TIM S.A. encontra-se em fase preparação e finalização conforme laudo de alocação de preço de compra (“*Price purchase allocation*”) e poderá ser alterado até a conclusão final que poderá ocorrer até 12 meses da data de aquisição, nesta data a análise preliminar indica ativos e passivos apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Ativos	Valor justo reconhecido na aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	47.288
Contas a receber de clientes	61.468
Impostos a recuperar	9.288
Despesas antecipadas	16.330
Depósitos judiciais	1.914
Outros	130
Imobilizado	12.675
Intangível (i)	37.367
	<u>186.460</u>
Passivos	
Fornecedores	13.496
Empréstimos e financiamentos	66.280
Passivos de arrendamento	2.089
Obrigações trabalhistas	7.376
Impostos a recolher	5.228
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ii)	8.414
Receitas diferidas	48.936
Outros passivos	2.173
	<u>153.992</u>
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	<u>32.468</u>

(i) Inclui principalmente ativos intangíveis identificados na combinação de negócios – Relacionamento com clientes.

Como parte da alocação preliminar do preço de aquisição, foi identificado e reconhecido separadamente do ágio o ativo intangível relacionamento com clientes, no montante de R\$ 30.551. A sua avaliação foi baseada em premissas e projeções adotadas pela Administração da Companhia no *Business Enterprise Valuation* (BEV – Avaliação de Empresas) da V8, com vida útil remanescente estimada em 12,92 anos, o qual foi utilizado para a definição do preço de compra da Transação.

(ii) Representa principalmente o passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituído em decorrência do reconhecimento do ativo intangível de relacionamento com clientes a valor justo na data da aquisição, calculado com base nas alíquotas vigentes, no montante de R\$10.387.

Abaixo estão sumarizados os ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo relacionados à aquisição da V8 (ativos líquidos) pela TIM na data da aquisição, bem como os impactos sobre os resultados consolidados da Companhia.

Ativos líquidos da V8. Tech em 31 de janeiro de 2026	12.304
Mais valia – Relacionamento com clientes	30.551
Passivo diferido sobre mais valia - Relacionamento com clientes	(10.387)
Ativos identificáveis líquidos a valor justo	<u>32.468</u>
Contribuição para o Grupo de receita líquida desde a data de aquisição	<u>102.490</u>

Notas Explicativas

1.2.2.4 Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)

O ágio decorrente da aquisição foi apurado conforme segue:

Contraprestação transferida	138.841
(-) Ativos líquidos a valor justo da V8. Tech em 31 de janeiro de 2026	(12.304)
(-) Mais valia - Relacionamento com clientes	(30.551)
Passivo diferido sobre mais valia - relacionamento com clientes	10.387
Ágio reconhecido	106.373

O ágio reconhecido, decorre principalmente das sinergias operacionais esperadas com os negócios existentes do Grupo, da expansão da base de clientes e do portfólio de soluções B2B, bem como da força de trabalho especializada e do conhecimento técnico da adquirida. O ágio é alocado a nível consolidado visto que os ativos adquiridos e passivos assumidos trazem benefícios ao negócio como um todo.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais individuais e consolidadas

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante.

Em conexão com a preparação dessas informações trimestrais, a Administração concluiu que não existem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia. Portanto, as informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Notas Explicativas

Os juros pagos de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo

de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia, da sua controlada e coligada.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia da Companhia é focada na otimização dos resultados. Apesar de haver atividades operacionais diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia e suas controladas representam apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

Notas Explicativas

A base de consolidação da Companhia em 30 de junho de 2026 inclui as controladas integrais V8 e I-System (100% de participação), adquiridas em 30 de janeiro e 06 de maio de 2026, respectivamente.

e. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos) mensurados a valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho em compra vantajosa na demonstração do resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Em 30 de junho de 2026, a Administração avaliou a existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável dos ativos e concluiu que não há evidências que justifiquem o reconhecimento de provisão para *impairment* nessa data.

f. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de julho de 2026.

g. Novas normas, alterações e interpretações de normas

g.1 As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o período findo em 30 de junho de 2026.

Notas Explicativas

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia avaliou e não identificou impacto nas suas informações trimestrais.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada.

A Companhia avaliou e não identificou impacto nas suas informações trimestrais.

g.2 As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 30 de junho de 2026. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Notas Explicativas

IFRS 18 (equivalente ao CPC 51): Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício ("DRE"), incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. Essa reestruturação implica na realocação de itens anteriormente apresentados como resultado financeiro, conforme as novas definições.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O ágio (*goodwill*) passará a ser apresentado separadamente nas demonstrações financeiras, de acordo com os novos requisitos de apresentação introduzidos pela IFRS18. E há exigências adicionais quanto a agregação/desagregação de saldos conforme natureza para as demonstrações financeiras como um todo.

Em síntese, os efeitos esperados na Companhia concentram-se na apresentação e transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio, mas com necessidade de adequação das notas explicativas e dos sistemas internos para classificação das transações conforme as novas categorias.

Nova norma IFRS 20 – Ativos e Passivos Regulatórios

Em maio de 2026, o IASB emitiu a IFRS 20 *Rate-regulated Activities*, que estabelece os requisitos para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de ativos regulatórios, passivos regulatórios, receitas regulatórias e despesas regulatórias relacionados a atividades sujeitas à regulação tarifária. A norma introduz requisitos que resultarão em informações complementares àquelas que uma entidade já divulga ao aplicar a norma contábil internacional, como a IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* e substituirá o IFRS 14 *Regulatory Deferral Accounts*.

A IFRS 20 entra em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2029, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. Considerando a natureza atual das operações da Companhia e o ambiente regulatório aplicável ao setor de telecomunicações no Brasil, não se espera, preliminarmente, impacto relevante decorrente da adoção da IFRS 20. Contudo, a avaliação dos efeitos contábeis e das divulgações requeridas encontra-se em andamento.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, com base na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das informações trimestrais.

Notas Explicativas

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Provisão para processos judiciais e administrativos tributários

Os processos judiciais e administrativos tributários são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 23).

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

(c) Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(d) Arrendamentos

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 17), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 1º de janeiro de 2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

(e) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Para maiores informações vide notas 1.2. e 2.e.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou mensurados ao valor justo por meio do resultado, respectivamente.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Caixa e bancos	33.151	85.873	33.246
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:			
CDB/Compromissadas	2.523.871	3.524.451	2.644.138
	<u>2.557.022</u>	<u>3.610.324</u>	<u>2.677.384</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, o que lhes confere alta liquidez, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não possui risco de perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média no período findo em 30 de junho de 2026 referente às aplicações financeiras de livre disponibilidade foi de 100,72% a.a. na Controladora (100,49 % em 31 de dezembro de 2025) e 100,64% a.a. no Consolidado, da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
FUNCINE ⁽ⁱ⁾	29.561	26.339	29.561
Fundo Soberano ⁽ⁱⁱ⁾	2.005	1.518	2.005
FIC: ^(iv)			
Títulos Públicos ^(a)	1.166.219	1.609.536	1.175.064
CDB ^(b)	1.291	3.583	2.086
Letra Financeira ^(c)	338.976	343.824	346.807
Outros ^(d)	331.100	315.855	331.128
	<u>1.869.152</u>	<u>2.300.655</u>	<u>1.886.651</u>
Parcela circulante	<u>(1.839.591)</u>	<u>(2.274.316)</u>	<u>(1.852.469)</u>
Parcela não circulante	29.561	26.339	34.182

(i) Desde 2017, a Companhia, com o objetivo de apoiar a Indústria Cinematográfica Nacional, bem como, de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média no período findo em 30 de junho de 2026 foi de 0,13% a.a. (0,17% a.a em 31 de dezembro de 2025).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média no período findo em 30 de junho de 2026 foi de 99,28% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,30% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

(iii) Está representado por Fundos de Investimentos em Cotas não exclusivos.

(iv) A Companhia e suas controladas investem em FIC's exclusivos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras majoritariamente AAA (mais alta qualidade). A remuneração média no período findo em 30 de junho de 2026, dos FIC's foi de 101,53% a.a. na controladora e 101,48% no consolidado, da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (101,99% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

(a) Títulos públicos federais são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(b) Os CDBs são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(c) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras.

(d) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (*"unbilled"*). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada (*"impairment"*).

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e perspectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Valores com previsão de recebimento superior a 12 meses estão classificados no longo prazo.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58 % a.m. (0,58 % a.m. em 31 de dezembro de 2025).

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Contas a receber de clientes	5.196.414	5.039.083	5.264.076
Contas a receber bruta	5.946.763	5.741.906	6.015.170
Serviços faturados	2.911.017	2.695.504	2.938.867
Serviços a faturar (<i>"unbilled"</i>)	1.568.984	1.418.994	1.604.666
Uso de rede	894.050	997.297	898.926
Venda de mercadorias	550.466	603.882	550.466
Ativo contratual (nota 22)	21.916	25.898	21.916
Outras contas a receber	330	331	329
Perdas por crédito de liquidação esperada	(750.349)	(702.823)	(751.094)
Parcela circulante	(4.898.046)	(4.901.777)	(4.958.884)
Parcela não circulante	298.368	137.306	305.192

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
	(6 meses)	(12 meses)	(6 meses)
Saldo inicial	702.823	670.569	702.823
Saldo de companhia adquirida (nota 1.2)	-	-	751
Constituição de provisão	490.194	765.783	489.649
Baixas de Provisão	(442.668)	(733.529)	(442.129)
Saldo Final	750.349	702.823	751.094

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Total	5.946.763	5.741.906	6.015.170
A vencer	4.236.898	4.239.134	4.299.835
Vencidos até 30 dias	488.438	428.654	491.247
Vencidos até 60 dias	188.527	139.462	188.871
Vencidos até 90 dias	146.079	127.781	146.681
Vencidos até 120 dias	150.969	121.913	151.009
Vencidos há mais de 120 dias	735.852	684.962	737.527

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Total Estoques	427.507	357.204	427.507
Estoques	450.134	376.768	450.134
Aparelhos celulares e tablets	326.654	269.596	326.654
Acessórios e cartões pré-pagos	93.173	88.601	93.173
TIM chips	30.307	18.571	30.307
Perdas para ajuste ao valor de realização	(22.627)	(19.564)	(22.627)

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

8.a Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	316.946	327.184	317.590
Imposto de renda	244.745	256.914	245.174
Contribuição social	72.201	70.270	72.416
Parcela circulante	(30.379)	(68.769)	(31.023)
Parcela não circulante	286.567	258.415	286.567

Em 2025, a Companhia reconheceu créditos de IRPJ no montante de R\$ 81 milhões, decorrentes do êxito em ação judicial que discutia a limitação no cálculo de incentivos fiscais, sendo o montante de R\$ 54 milhões compensados até 30 de junho de 2026. Adicionalmente, em decorrência dessa decisão, foi realizada a recomposição da base de prejuízo fiscal no montante de R\$ 224 milhões, a qual foi integralmente utilizado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia possui saldos a compensar de IRPJ e CSLL no montante R\$ 224 milhões em 30 de junho de 2026 (R\$ 220 milhões em 31 de dezembro de 2025) decorrentes de pagamento a maior de períodos anteriores cujos processos de restituição estão em andamento.

No primeiro semestre de 2026, a Companhia realizou antecipação por meio de depósitos no Banco do Nordeste, no montante de R\$ 22 milhões (R\$ 31 milhões em 31 de dezembro de 2025), com objetivo de utilizar o incentivo fiscal de reinvestimento, que destina parcela do IRPJ devido a depósito vinculado, nos termos do art. 668 do RIR/2018.

8.b Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2026, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Imposto de renda e contribuição social a recolher	181.114	181.497	181.114
Imposto de renda	86.561	76.518	86.561
Contribuição social	94.553	104.979	94.553
Parcela circulante	(149.053)	(162.102)	(149.053)
Parcela não circulante	32.061	19.395	32.061

Notas Explicativas

8.c Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados, quando aplicável; e (2) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob o histórico de lucratividade e/ou quando fundamentado nas projeções anualmente preparadas pela Companhia.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	-	1.294
Diferenças temporárias:			
Provisão para processos judiciais e administrativos	541.493	515.324	541.493
Provisão para perdas de crédito esperadas	253.222	236.537	253.476
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	1.641.556	1.553.124	1.641.556
Instrumentos financeiros derivativos	(104.328)	(118.647)	(104.328)
Juros capitalizados 4G e 5G	(193.972)	(211.522)	(193.972)
Ajustes norma IFRS16 (ii)	911.834	826.882	911.926
Depreciação acelerada (iii)	(1.042.341)	(1.035.883)	(1.042.341)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (iv)	-	(249.477)	-
Perda por redução ao valor recuperável (v)	159.973	192.507	159.973
Ágio amortizado – Cozani	(622.771)	(544.596)	(622.771)
Outros ativos	238.304	273.245	239.682
Outros passivos	(66.989)	(81.890)	(77.328)
	<u>1.715.981</u>	<u>1.355.604</u>	<u>1.708.660</u>
Parcela imposto ativo diferido	<u>3.746.382</u>	<u>3.597.619</u>	<u>3.749.400</u>
Parcela imposto passivo diferido	<u>(2.030.401)</u>	<u>(2.242.015)</u>	<u>(2.040.740)</u>

(i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 a 2026 da TIM S.A. e TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020 a 2026 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.

(iii) Representa o efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos nos contratos de arrendamento. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil (juros e depreciação) e fiscal (contraprestação de serviço), nos termos da legislação vigente. A amortização se dá de forma linear conforme realização do contrato ao longo do tempo.

Notas Explicativas

(iii) Desde o 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o ajuste a valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda da Fiber Co (atualmente I-Systems), ocorrida em novembro de 2021, da TIM S.A. para a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

(v) Representa o diferido constituído referente ao *impairment* de ativos tangíveis reconhecido pela Cozani antes de sua aquisição em abril de 2022, que vem sendo depreciado ao longo da vida útil estimada do ativo.

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de suas diferenças temporárias.

8.d Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora		Consolidado
	06/2026	06/2025	06/2026
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda do período	(484.155)	(359.133)	(484.155)
Contribuição social do período	(183.073)	(139.382)	(183.073)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	225.232	209.582	225.232
	(441.996)	(288.933)	(441.996)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			
Imposto de renda diferido	81.544	139.782	82.348
Contribuição social diferida	29.356	54.689	29.645
	110.900	194.471	111.993
	(331.096)	(94.462)	(330.003)

Notas Explicativas

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	06/2026	06/2025	06/2026
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.117.760	1.867.470	2.116.667
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(720.038)	(634.940)	(719.667)
(Adições) / exclusões:			
Resultado de equivalência patrimonial	(29.118)	(17.806)	(15.209)
Adições, exclusões permanentes:			
Receitas não tributáveis	22.541	6.685	22.541
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(26.478)	(10.491)	(26.478)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	225.232	209.582	225.232
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	268.600	336.600	268.600
Diferença temporária com natureza permanente	(74.717)		(74.717)
Outros valores	2.882	15.908	(10.305)
	388.942	540.478	389.664
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	(331.096)	(94.462)	(330.003)
Alíquota efetiva	-15,63%	-5,06%	-15,59%

- (i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

A Companhia considerou as alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”). Para o exercício de 2025, a Companhia não identificou impactos significativos decorrentes dessas alterações. Para o exercício de 2026, a Companhia está iniciando as análises para verificação de possíveis impactos.

Notas Explicativas

9. Impostos, taxas e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.955.509	2.050.592	1.982.676
ICMS (i)	1.180.139	1.255.059	1.192.463
PIS / COFINS (ii)	519.381	556.036	524.844
IRRF sobre aplicações financeiras	30.072	30.019	35.481
ISS a recuperar (iii)	109.314	109.314	109.314
Outros	116.603	100.164	120.574
Parcela circulante	(1.095.421)	(1.138.888)	(1.115.856)
Parcela não circulante	860.088	911.704	866.820

(i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

(ii) O saldo atual é majoritariamente composto por créditos gerados no regime de tributação não cumulativo.

(iii) O ISS a recuperar é oriundo de recolhimento a maior, a Companhia ingressou com pedido de restituição administrativo junto ao ente, em consonância com a legislação vigente.

10. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Despesas Antecipadas	1.023.610	669.609	1.018.060
Fistel (i)	167.112	-	167.112
Propagandas não veiculadas (ii)	153.378	11.814	153.378
Aluguéis e seguros	89.035	89.791	89.223
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (iii)	236.522	215.250	246.646
Despesas antecipadas contratuais (iv)	353.620	324.561	335.680
Outros	23.943	28.193	26.021
Parcela circulante	(662.634)	(329.362)	(649.641)
Parcela não circulante	360.976	340.247	368.419

Notas Explicativas

(i) A taxa Fistel é apropriada de forma linear, mensalmente ao resultado. Em 31 de dezembro de 2026, a Companhia espera que o saldo esteja integralmente apropriado.

(ii) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(iii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iv) Representam principalmente os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

11. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Depósitos judiciais	683.837	677.150	704.606
Cível e Regulatório	264.714	262.019	266.390
Trabalhista	60.389	58.532	60.522
Tributário	262.657	254.927	281.617
Penhora Online (i)	96.077	101.672	96.077

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível e Regulatório

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se às ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Notas Explicativas

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais no valor total atualizado estimado de R\$ 262.657 na controladora e R\$ 281.617 no consolidado (R\$ 254.927 em 31 de dezembro de 2025), relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 46.241 (R\$44.920 em 31 de dezembro de 2025).
- (b) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 31.908 (R\$ 30.457 em 31 de dezembro de 2025).
- (c) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 14.492 (R\$ 13.990 em 31 de dezembro de 2025).
- (d) Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 77.684 (R\$ 75.553 em 31 de dezembro de 2025).
- (e) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 49.120 (R\$ 46.512 em 31 de dezembro de 2025).
- (f) Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 17.726 (R\$ 16.978 em 31 de dezembro de 2025).

12. Ativos financeiros

	06/2026	12/2025
Ativos financeiros	514.399	514.109
Fundo 5G (i)	329.340	338.792
Bônus de subscrição (ii)	185.059	175.317
Parcela não circulante	514.399	514.109

Notas Explicativas

São reconhecidos pelo seu valor justo na data de aquisição ou emissão. Tais ativos financeiros, subsequentemente, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de resultado financeiro. A Companhia deve divulgar a classificação de nível de cada instrumento financeiro. Para detalhes destas informações vide nota 36 no trecho sobre Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

(i) Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou aportes em dólares, equivalentes a aproximadamente R\$ 270 milhões, no fundo de investimentos focado em soluções 5G “Upload Ventures Growth” (“Fundo 5G”), reforçando seu compromisso com o desenvolvimento de soluções baseadas em tecnologia 5G e, dessa maneira, completando os aportes previstos. Não houve novos aportes em 2026.

(ii) Em abril de 2022 a Companhia entrou em uma parceria junto a EXA Serviços de Tecnologia (“EXA”) para fornecimento de serviços digitais e entretenimento para a base clientes da TIM. Essa parceria previa também pagamentos de comissão pela EXA à TIM em função dos clientes da TIM que adquirirem serviços dessa parceria assim como o direito da TIM em subscrever ações mediante o pagamento de uma contraprestação.

Ao final de 2024 o contrato com novos termos da parceria foi finalizado e a TIM adquiriu o direito de subscrever 27% das ações da EXA através de uma contraprestação de R\$ 174 milhões. O valor do ativo financeiro está registrado a valor justo por R\$185 milhões e representa 27% do valor justo do direito a participação da TIM na EXA. A contar da data de 30 de junho de 2026, esse direito poderá ser exercido nos próximos 6 meses mediante a realização de condições de exercício e aprovação societária.

Os ativos financeiros relacionados ao Fundo 5G e Bônus de subscrição são avaliados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, inclusive no que se refere à mensuração ao valor justo, conforme previsto nos pronunciamentos contábeis vigentes.

13. Outros ativos

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Outros ativos	314.452	326.756	325.525
Adiantamento a empregados	36.323	7.547	40.658
Adiantamentos a fornecedores	13.036	61.013	13.191
Valores a receber TIM Brasil (nota 34)	23.035	23.183	23.035
Valores a receber projetos incentivados	30.091	27.080	30.091
Taxas e contribuições trabalhistas a compensar	102.250	112.471	102.250
Créditos Fistel (i)	28.689	32.966	28.689
Outros	81.028	62.496	87.611
Parcela circulante	(281.908)	(297.264)	(286.399)
Parcela não circulante	32.544	29.492	39.126

- (i) Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que pode ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Anatel.

Notas Explicativas

14. Investimentos

A participação societária em coligada e controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

V8.Tech

Conforme mencionado na nota 1.2, em 30 de janeiro de 2026, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a TIM S.A. concluiu a aquisição de 100% do capital social da V8.Tech. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter a totalidade do capital social da V8. Tech, empresa de tecnologia especializada na integração de soluções digitais e na prestação de serviços gerenciados. Assim, em 30 de junho de 2026, a V8. Tech é classificada como empresa controlada pela TIM S.A.

I-Systems

Até 6 de maio de 2026, a TIM S.A. ainda detinha 49% de participação no capital social da I-Systems, classificada como coligada e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme descrito na nota 1.2, em 6 de maio de 2026, a Companhia adquiriu os 51% remanescentes do capital social da I-Systems, passando a deter 100% de participação e, conseqüentemente, o controle da adquirida. A partir dessa data, a I-Systems passou a ser classificada como controlada e suas informações financeiras passam a ser consolidadas pela Companhia.

As informações apresentadas a seguir referem-se ao período comparativo, 31 de dezembro de 2025, onde a I-Systems era classificada como coligada.

	12/2025
Ativo	1.895.545
Ativo circulante e não circulante	254.727
Ativo tangível e intangível	1.640.818
Passivo e Patrimônio Líquido	1.895.545
Passivo circulante e não circulante	736.516
Patrimônio líquido	1.159.029
Participação proporcional da Companhia	49%
Ajuste a valor justo	733.757
Custo do investimento	526.729
Valor do investimento (nota 14.b)	1.260.486
	12/2025
Prejuízo líquido do exercício	(220.000)
Participação proporcional do Companhia	49%
Participação da Companhia nos resultados da coligada	(107.800)

Notas Explicativas

a) Participação em empresa coligada e controlada

	Coligada		Controladas		Total	
	06/2026 I- Systems (até 30/04/26)	12/2025 I-Systems	06/2026 V8 Tech	06/2026 I- Systems	06/2026	12/2025
Quantidade de ações total	1.794.287.995	1.794.287.995	24.108.004	1.794.287.995	-	-
Participação no capital total	49%	49%	100%	100%	-	-
Patrimônio líquido	986.067	1.159.029	10.746	945.556	-	-
Prejuízo do período/exercício	(81.029)	(220.000)	(1.048)	(40.510)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial e amortização da mais valia	(44.733)	(107.800)	(1.048)	(40.510)	(86.291)	(107.800)
Ágio na aquisição	-	-	106.373	871.003	-	-
Valor dos investimentos	-	1.260.486	137.793	1.816.560	1.954.353	1.260.486

b) Mutação dos investimentos

	Coligada I-Systems
Saldo do investimento em 31 dezembro de 2025	1.260.486
Resultado de equivalência patrimonial até abril de 2026 (i)	(44.733)
Efeitos fiscais da participação anteriormente detida	(249.478)
Perda líquida sobre a reavaliação do valor justo da participação anterior à aquisição de controle	(56.311)
Baixa do investimento contábil em 30 de abril de 2026	(909.964)
Saldo do investimento em coligada em 30 de junho de 2026	-

(i) O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao período em que a I-Systems era classificada como coligada, de janeiro a abril de 2026. Desde 06 de maio de 2026, os resultados da I-Systems passam a ser consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Controladas		Total
	I-Systems (iii)	V8 Tech	
Saldo do investimento em 31 dezembro de 2025	-	-	-
Ativos identificáveis líquidos (nota 1.2.)	986.067	32.468	1.018.535
Ágio na aquisição da controlada	871.003	106.373	977.376
Resultado de equivalência patrimonial após a aquisição (ii)	(40.510)	(397)	(40.907)
Amortização da mais valia identificada em PPA	-	(651)	(651)
Saldo dos investimentos em 30 de junho de 2026	1.816.560	137.793	1.954.353

(ii) Os resultados das controladas são reconhecidos a partir das respectivas datas de aquisição e obtenção de controle, 30 de janeiro de 2026 para a V8. Tech e 06 de maio de 2026 para a I-Systems.

Notas Explicativas

(iii) A Companhia está em fase de análise de laudo de PPA sobre o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos.

15. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresenta nenhum indicativo de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo “provisão para futura desmobilização de ativos”, o valor presente destes custos, os juros incorridos pela atualização da provisão, são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

- Movimentação do imobilizado

	Saldo em 12/2025	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 06/2026
Total do Custo do Imobilizado Bruto	81.065.436	2.758.669	(837.005)	-	82.987.100
Equipamentos de comutação / transmissão	43.475.500	-	(23.488)	1.242.488	44.694.500
Cabos de fibra ótica	798.737	-	(6)	3.434	802.165
Aparelhos em comodato	4.416.452	494	(11.678)	103.611	4.508.879
Infraestrutura	8.229.503	-	(405.208)	(1.538.244)	6.286.051
Bens de informática	1.812.200	-	(1.567)	3.853	1.814.486
Bens de uso geral	1.099.787	-	(4.845)	26.953	1.121.895
Direito de uso em arrendamentos (i)	20.590.990	1.374.026	(389.387)	1.625.823	23.201.452
Terrenos	37.986	-	(295)	-	37.691
Obras em andamento	604.281	1.384.149	(531)	(1.467.918)	519.981
Total Depreciação Acumulada	(57.893.985)	(2.544.752)	230.761	-	(60.207.976)
Equipamentos de comutação / transmissão	(33.627.838)	(1.360.404)	22.748	-	(34.965.494)
Cabos de fibra ótica	(731.460)	(11.723)	6	-	(743.177)
Aparelhos em comodato	(4.143.697)	(108.723)	10.105	-	(4.242.315)
Infraestrutura	(5.999.593)	(133.907)	192.408	763.144	(5.177.948)
Bens de informática	(1.770.420)	(10.201)	1.457	-	(1.779.164)
Bens de uso geral	(853.779)	(24.969)	4.037	-	(874.711)
Direito de uso em arrendamentos (i)	(10.767.198)	(894.825)	-	(763.144)	(12.425.167)
Total Imobilizado líquido	23.171.451	213.917	(606.244)	-	22.779.124
Equipamentos de comutação / transmissão	9.847.662	(1.360.404)	(740)	1.242.488	9.729.006
Cabos de fibra ótica	67.277	(11.723)	-	3.434	58.988
Aparelhos em comodato	272.755	(108.229)	(1.573)	103.611	266.564
Infraestrutura	2.229.910	(133.907)	(212.800)	(775.100)	1.108.103
Bens de informática	41.780	(10.201)	(110)	3.853	35.322
Bens de uso geral	246.008	(24.969)	(808)	26.953	247.184
Direito de uso em arrendamentos (i)	9.823.792	479.201	(389.387)	862.679	10.776.285
Terrenos	37.986	-	(295)	-	37.691
Obras em andamento	604.281	1.384.149	(531)	(1.467.918)	519.981

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Saldo em 12/2025	Adições/depreciação	Baixas	Transferências	Aquisições de controladas	Saldo em 06/2026
Total do Custo do Imobilizado Bruto	81.065.436	2.797.512	(838.732)	-	3.298.484	86.322.700
Equipamentos de comutação / transmissão	43.475.500	38.825	(23.488)	1.242.488	2.488.185	47.221.510
Cabos de fibra ótica	798.737	-	(6)	3.434	407.875	1.210.040
Aparelhos em comodato	4.416.452	494	(11.678)	103.611	18.316	4.527.195
Infraestrutura	8.229.503	-	(405.208)	(1.538.244)	361.009	6.647.060
Bens de informática	1.812.200	-	(1.567)	3.853	6.526	1.821.012
Bens de uso geral	1.099.787	18	(4.845)	26.953	12.680	1.134.593
Direito de uso em arrendamentos	20.590.990	1.374.026	(391.114)	1.625.823	3.893	23.203.618
Terrenos	37.986	-	(295)	-	-	37.691
Obras em andamento	604.281	1.384.149	(531)	(1.467.918)	-	519.981
Total Depreciação Acumulada	(57.893.985)	(2.612.003)	230.761	-	(1.771.084)	(62.046.311)
Equipamentos de comutação / transmissão	(33.627.838)	(1.429.353)	22.748	-	(1.363.407)	(36.397.850)
Cabos de fibra ótica	(731.460)	(18.494)	6	-	(144.308)	(894.256)
Aparelhos em comodato	(4.143.697)	(110.817)	10.105	-	(8.119)	(4.252.528)
Infraestrutura	(5.999.593)	(123.005)	192.408	763.144	(237.457)	(5.404.503)
Bens de informática	(1.770.420)	(10.322)	1.457	-	(5.566)	(1.784.851)
Bens de uso geral	(853.779)	(25.187)	4.037	-	(10.294)	(885.223)
Direito de uso em arrendamentos	(10.767.198)	(894.825)	-	(763.144)	(1.933)	(12.427.100)
Total Imobilizado líquido	23.171.451	185.509	(607.971)	-	1.527.400	24.276.389
Equipamentos de comutação / transmissão	9.847.662	(1.390.528)	(740)	1.242.488	1.124.778	10.823.660
Cabos de fibra ótica	67.277	(18.494)	-	3.434	263.567	315.784
Aparelhos em comodato	272.755	(110.323)	(1.573)	103.611	10.197	274.667
Infraestrutura	2.229.910	(123.005)	(212.800)	(775.100)	123.552	1.242.557
Bens de informática	41.780	(10.322)	(110)	3.853	960	36.161
Bens de uso geral	246.008	(25.169)	(808)	26.953	2.386	249.370
Direito de uso em arrendamentos	9.823.792	479.201	(391.114)	862.679	1.960	10.776.518
Terrenos	37.986	-	(295)	-	-	37.691
Obras em andamento	604.281	1.384.149	(531)	(1.467.918)	-	519.981

(i) Conforme descrito na nota 17, a Companhia firmou, em março de 2026, um acordo estratégico com a American Tower do Brasil ("ATC") o qual abrangeu todo o parque que compõe a relação entre TIM e ATC. Tal acordo levou a remensuração do valor contábil líquido remanescente no montante de R\$862.679, que foi transferido entre imobilizado de infraestrutura e direito de uso de arrendamento.

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldo em 12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 06/2025
Total do Custo do Imobilizado Bruto	75.732.043	3.064.563	(163.887)	-	78.632.719
Equipamentos de comutação / transmissão	41.197.166	-	(65.909)	1.337.861	42.469.118
Cabos de fibra ótica	791.983	-	-	2.229	794.212
Aparelhos em comodato	4.256.120	497	(19.166)	91.960	4.329.411
Infraestrutura	7.925.713	-	(10.865)	197.416	8.112.264
Bens de informática	1.806.939	-	(2.052)	2.815	1.807.702
Bens de uso geral	1.047.340	-	(956)	27.200	1.073.584
Direito de uso em arrendamentos	18.028.112	1.479.747	(64.408)	-	19.443.451
Terrenos	38.084	-	(1)	-	38.083
Obras em andamento	640.586	1.584.319	(530)	(1.659.481)	564.894
Total Depreciação Acumulada	(52.916.715)	(2.562.716)	92.887	-	(55.386.544)
Equipamentos de comutação / transmissão	(30.962.551)	(1.378.567)	63.561	-	(32.277.557)
Cabos de fibra ótica	(705.143)	(13.674)	-	-	(718.817)
Aparelhos em comodato	(3.956.664)	(113.453)	16.606	-	(4.053.511)
Infraestrutura	(5.660.027)	(179.095)	9.996	-	(5.829.126)
Bens de informática	(1.748.687)	(14.373)	2.052	-	(1.761.008)
Bens de uso geral	(803.591)	(25.745)	672	-	(828.664)
Direito de uso em arrendamentos	(9.080.052)	(837.809)	-	-	(9.917.861)
Total Imobilizado Líquido	22.815.328	501.847	(71.000)	-	23.246.175
Equipamentos de comutação / transmissão	10.234.615	(1.378.567)	(2.348)	1.337.861	10.191.561
Cabos de fibra ótica	86.840	(13.674)	-	2.229	75.395
Aparelhos em comodato	299.456	(112.956)	(2.560)	91.960	275.900
Infraestrutura	2.265.686	(179.095)	(869)	197.416	2.283.138
Bens de informática	58.252	(14.373)	-	2.815	46.694
Bens de uso geral	243.749	(25.745)	(284)	27.200	244.920
Direito de uso em arrendamentos	8.948.060	641.938	(64.408)	-	9.525.590
Terrenos	38.084	-	(1)	-	38.083
Obras em andamento	640.586	1.584.319	(530)	(1.659.481)	564.894

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Como os critérios de capitalização previstos no IAS 23/CPC 20 não foram atendidos, os custos de empréstimos são classificados como despesas financeiras no período em que são incorridos.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Direito de uso em arrendamento	Controladora				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.997.432	1.318.237	2.011.672	1.496.451	9.823.792
Adições (i)	901.164	202.175	190.774	79.913	1.374.026
Transferências (ii)	862.679	-	-	-	862.679
Remensuração	(270.006)	(964)	(118.417)	-	(389.387)
Depreciação	(424.561)	(95.304)	(146.017)	(228.943)	(894.825)
Saldos em 30 de junho de 2026	6.066.708	1.424.144	1.938.012	1.347.421	10.776.285
Taxas de depreciação anual	9,43%	9,15%	8,85%	11,10%	

Direito de uso em arrendamento	Consolidado				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.997.432	1.318.237	2.011.672	1.496.451	9.823.792
Saldo de Companhia adquirida	-	1.960	-	-	1.960
Adições (i)	901.164	202.175	190.774	79.913	1.374.026
Transferências (ii)	862.679	-	-	-	862.679
Remensuração	(270.006)	(2.691)	(118.417)	-	(391.114)
Depreciação	(424.561)	(95.304)	(146.017)	(228.943)	(894.825)
Saldos em 30 de junho de 2026	6.066.708	1.424.377	1.938.012	1.347.421	10.776.518
Taxas de depreciação anual	9,43%	9,15%	8,85%	11,10%	

Direito de uso em arrendamento	Controladora				
	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.587.122	1.166.143	2.002.527	1.192.268	8.948.060
Adições (i)	608.116	264.095	139.152	468.384	1.479.747
Remensuração	(44.879)	-	(14.352)	(5.177)	(64.408)
Depreciação	(366.110)	(87.929)	(145.456)	(238.314)	(837.809)
Saldos em 30 de junho de 2025	4.784.249	1.342.309	1.981.871	1.417.161	9.525.590
Taxas de depreciação anual	9,24%	9,41%	8,58%	11,99%	

(i) A movimentação do direito de uso em arrendamentos inclui adições líquidas dos incentivos de arrendamentos, que totalizam R\$ 105 milhões em 30 de junho de 2026 (R\$ 28 milhões no primeiro semestre de 2025).

(ii) Transferência do valor contábil líquido remanescente em decorrência do acordo com a American Tower do Brasil.

Notas Explicativas

- Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	6,67 a 20
Cabos de fibra ótica	10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	20
Bens de uso geral	10 a 20
Direito de uso em arrendamentos	8 a 12

Em 2025, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Resolução CVM 73, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

16. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados quando há expectativa de benefícios econômicos futuros e mensuração confiável. Deste modo, a Companhia aplica a norma CPC 20, onde custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável compõe o custo de tal ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados (por exemplo, ágios em aquisição de empresas), mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Notas Explicativas

(a) Movimentação do intangível

	Controladora				Saldo em 06/2026
	Saldo em 12/2025	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	
Total Custo do Intangível Bruto	49.165.735	869.730	(332)	-	50.035.133
Direito de uso de softwares	25.633.032	-	(82)	870.125	26.503.075
Autorizações	18.983.124	34.113	-	4.274	19.021.511
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	220.247	-	-	5.923	226.170
Lista de clientes	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	586.691	-	(250)	407	586.848
Ativos intangíveis em desenvolvimento	376.843	835.617	-	(880.729)	331.731
Total Amortização Acumulada	(34.573.212)	(1.038.202)	332	-	(35.611.082)
Direito de uso de softwares	(22.704.314)	(545.030)	82	-	(23.249.262)
Autorizações	(11.171.893)	(449.639)	-	-	(11.621.532)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(120.266)	(6.257)	-	-	(126.523)
Lista de clientes	(121.301)	(16.541)	-	-	(137.842)
Outros ativos	(455.438)	(20.735)	250	-	(475.923)
Total Intangível Líquido	14.592.523	(168.472)	-	-	14.424.051
Direito de uso de softwares (c)	2.928.718	(545.030)	-	870.125	3.253.813
Autorizações (f)	7.811.231	(415.526)	-	4.274	7.399.979
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	99.981	(6.257)	-	5.923	99.647
Lista de clientes	132.328	(16.541)	-	-	115.787
Outros ativos	131.253	(20.735)	-	407	110.925
Ativos intangíveis em desenvolvimento	376.843	835.617	-	(880.729)	331.731

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Saldo em 12/2025	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Aquisições de controladas	Saldo em 06/2026
Total Custo do Intangível Bruto	49.165.735	1.877.734	(332)	-	146.570	51.189.707
Direito de uso de softwares	25.633.032	77	(82)	870.125	98.528	26.601.680
Autorizações	18.983.124	34.113	-	4.274	42.581	19.064.092
Ágio (i)	3.112.169	977.376	-	-	555	4.090.100
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	220.247	-	-	5.923	-	226.170
Lista de clientes (ii)	253.629	30.551	-	-	4.906	289.086
Outros ativos	586.691	-	(250)	407	-	586.848
Ativos intangíveis em desenvolvimento	376.843	835.617	-	(880.729)	-	331.731
Total Amortização Acumulada	(34.573.212)	(1.037.603)	332	-	(96.165)	(35.706.648)
Direito de uso de softwares	(22.704.314)	(542.199)	82	-	(55.088)	(23.301.519)
Autorizações	(11.171.893)	(450.482)	-	-	(37.069)	(11.659.444)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(120.266)	(6.257)	-	-	-	(126.523)
Lista de clientes	(121.301)	(17.930)	-	-	(4.008)	(143.239)
Outros ativos	(455.438)	(20.735)	250	-	-	(475.923)
Total Intangível Líquido	14.592.523	840.131	-	-	50.405	15.483.059
Direito de uso de softwares (c)	2.928.718	(542.122)	-	870.125	43.440	3.300.161
Autorizações (f)	7.811.231	(416.369)	-	4.274	5.512	7.404.648
Ágio (d)	3.112.169	977.376	-	-	555	4.090.100
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	99.981	(6.257)	-	5.923	-	99.647
Lista de clientes	132.328	12.621	-	-	898	145.847
Outros ativos	131.253	(20.735)	-	407	-	110.925
Ativos intangíveis em desenvolvimento	376.843	835.617	-	(880.729)	-	331.731

(i) Refere-se ao ágio decorrente das combinações de negócios realizadas no primeiro semestre de 2026, em virtude da aquisição do controle da V8 Tech e I-System, nos montantes de R\$ 106.373 e R\$ 871.003, respectivamente (vide nota 1.2).

(ii) Refere-se à mais-valia sobre o ativo intangível 'Relacionamento com Clientes', identificada no contexto da combinação de negócios decorrente da aquisição do controle da V8 Tech, no montante líquido de R\$ 30.551, já considerada a amortização reconhecida no período, no valor de R\$ 651.

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldo em 12/2024	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 06/2025
Total Custo do Intangível Bruto	47.460.121	747.213	(48)	-	48.207.286
Direito de uso de softwares	24.058.388	-	(1)	749.595	24.807.982
Autorizações	18.903.457	39.105	-	18.181	18.960.743
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	212.703	-	-	7.544	220.247
Lista de clientes	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	583.355	-	-	1.250	584.605
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	708.108	(47)	(776.570)	267.911
Total Amortização Acumulada	(32.605.161)	(969.357)	1	-	(33.574.517)
Direito de uso de softwares	(21.722.385)	(476.136)	1	-	(22.198.520)
Autorizações	(10.272.479)	(450.121)	-	-	(10.722.600)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(108.270)	(5.808)	-	-	(114.078)
Lista de clientes	(88.219)	(16.541)	-	-	(104.760)
Outros ativos	(413.808)	(20.751)	-	-	(434.559)
Total Intangível Líquido	14.854.960	(222.144)	(47)	-	14.632.769
Direito de uso de softwares (c)	2.336.003	(476.136)	-	749.595	2.609.462
Autorizações (f)	8.630.978	(411.016)	-	18.181	8.238.143
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	104.433	(5.808)	-	7.544	106.169
Lista de clientes	165.410	(16.541)	-	-	148.869
Outros ativos	169.547	(20.751)	-	1.250	150.046
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	708.108	(47)	(776.570)	267.911

Os ativos intangíveis em desenvolvimento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 25
Direito de uso de infraestrutura	até 5
Outros ativos	até 10
Lista de Clientes	8,4 a 13,04
Mais valia autorizações Cozani	5,66

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Notas Explicativas

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados

O Grupo possui os seguintes ágios fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	06/2026	12/2025
Ágios registrados	4.090.100	3.112.169
Aquisição I-Systems	871.003	-
Aquisição V8. Tech	106.928	-
Aquisição da Cozani	2.636.426	2.636.426
Aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ	108.172	108.172
Aquisição da "Intelig" pela TIM Participações	210.015	210.015
Aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste	157.556	157.556

Ágio na aquisição da I-Systems

Conforme mencionado na nota 1.2, em 6 de maio de 2026, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a TIM S.A. concluiu a aquisição dos 51% remanescentes do capital social da I-Systems, passando a deter o controle da I-Systems, considerando a participação de 49% anteriormente detida. O ágio foi reconhecido provisoriamente, considerando que o laudo de PPA está em andamento.

Ágio na aquisição da V8.Tech

Conforme mencionado na nota 1.2, em 30 de janeiro de 2026, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a TIM S.A. concluiu a aquisição de 100% do capital social da V8.Tech. O ágio registrado corresponde à parcela da contraprestação transferida que excedeu o valor justo dos ativos líquidos identificáveis reconhecidos na data da aquisição, refletindo principalmente os benefícios econômicos futuros esperados da combinação de negócios. No momento da aquisição, a controlada V8. Tech, possuía ágio registrado no montante de R\$554, referente a aquisição da Devires Tecnologia da Informação LTDA., já incorporada.

Ágio na aquisição da Cozani

Em abril/22 a Companhia adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R\$7.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R\$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio no valor R\$2.636.426, o qual consta registrado em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Dentre os ativos identificados no processo de combinação de negócios da Cozani, a Companhia identificou uma mais valia das radiofrequências adquiridas no valor de R\$3.038.951 e de lista de clientes de R\$253.629.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (posteriormente TIM Fiber SP) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (posteriormente TIM Fiber RJ). TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva advindo destas empresas no valor total de R\$ 1.159.649.

Em novembro de 2021, a Companhia realizou a alienação de 51% de participação societária da Fiber Co (atual I-Systems), realizando a baixa de R\$1.051.477 do ágio anteriormente registrado, mantendo saldo remanescente de R\$108.172.

Notas Explicativas

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da “Intelig” pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A. em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Teste de impairment

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de impairment para os ágios relacionados às combinações de negócios. A metodologia e premissas utilizadas pela Administração no teste de impairment está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange a TIM S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, o teste de *impairment* foi realizado comparando o valor contábil (*carrying amount*) com o valor justo menos os potenciais custos de venda do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01 / IFRS 13 / CPC 46.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo Nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a mensuração foi feita com base no valor da ação Companhia na data de fechamento do balanço, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*, que abrange todos os ativos tangíveis, ativos intangíveis e investimento. Logo, a Companhia não identificou quaisquer indicadores de *impairment*.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou em 2023, contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do CPC 06 / IFRS 16 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

Notas Explicativas

(f) Autorizações

Licença 4G

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, que foram pagos em dezembro de 2014, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019. O valor total registrado no ativo intangível da Companhia é de R\$ 3.498 milhões (R\$3.498 milhões em 31 de dezembro de 2025).

Licença 5G

Em 2021, a TIM adquiriu licenças 5G no leilão da Anatel, gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a essas licenças no valor de R\$2.680 milhões. O pagamento das licenças será realizado em um período de 10 a 20 anos, enquanto as obrigações relacionadas tiveram pagamentos realizados entre 2022 e 2024.

Adicionalmente, no caso das licenças relacionadas à radiofrequência de 3,5GHz, por se tratar de ativo qualificável, a Companhia capitalizou custos de empréstimos durante o período de implantação. Essa capitalização foi encerrada no segundo trimestre de 2023, com a disponibilidade dos ativos para uso e sua transferência para autorizações. O valor total registrado no ativo intangível da Companhia é de R\$ 4.053 milhões (R\$4.053 milhões em 31 de dezembro de 2025).

17. Arrendamentos

No momento de celebração de contrato, a Companhia avalia se os contratos firmados são (ou contêm) arrendamento. O contrato é (ou contêm) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado (direito de uso) e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo imobilizado ou intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	06/2026	12/2025
LT Amazonas (i)	170.439	170.080
<i>Subleasing "lojas revendas" – IFRS16 (ii)</i>	64.040	64.166
	234.479	234.246
Parcela circulante	(35.794)	(34.098)
Parcela não circulante	198.685	200.148

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente.

	LT Amazonas	Subleasing "lojas revendas" – IFRS16	Total
Valores nominais	253.822	79.493	333.315
2026	17.763	14.829	32.592
2027	35.527	24.158	59.685
2028	35.527	19.943	55.470
2029	35.527	13.683	49.210
2030	35.527	6.114	41.641
2031 em diante	93.951	766	94.717
Valor presente	170.439	64.040	234.479

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas em 2013, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) Subleasing Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de "lojas revenda". O impacto no passivo de arrendamento está refletido no grupo "Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis".

O valor de receita de *subleasing* da Companhia no período findo em 30 de junho de 2026 é de R\$ 38.290 (R\$ 34.181 no mesmo período de 2025).

Passivo

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
LT Amazonas (i)	324.989	322.409	324.989
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede (ii) (a)	7.936.865	7.825.464	7.936.865
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis (ii)	1.667.393	1.533.853	1.667.680
Arrendamentos - Terrenos (Rede) (ii)	2.431.406	2.470.403	2.431.406
Arrendamentos – Fibra (ii)	1.487.384	1.612.739	1.487.384
Total	13.848.037	13.764.868	13.848.324
Parcela circulante	(1.673.420)	(1.702.899)	(1.673.707)
Parcela não circulante	12.174.617	12.061.969	12.174.617

O montante de juros pagos no período findo em 30 de junho de 2026 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) foi de R\$941.161 e R\$941.360 na controladora e no consolidado respectivamente (R\$ 785.708 na controladora, no mesmo período de 2025).

Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2026, foi pago o montante de R\$ 23 milhões (R\$ 31 milhões, em 2025), referentes a multas aplicadas, relacionadas ao processo de descomissionamento de sites.

Em 1º de março de 2026, a Companhia renegociou parte de seus contratos de arrendamento com a ATC, com o objetivo de simplificar e unificar a estrutura contratual e manter os termos e condições consistentes. A renegociação resultou em um impacto na dívida no montante de aproximadamente R\$ 12,3 milhões.

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 36. A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

Controladora						
	LT Amazonas	Arrendamentos Infraestrutura de rede	Arrendamentos Lojas & Quiosques e Imóveis	Arrendamentos Terrenos (Rede)	Arrendamentos Fibra	Total
Valores nominais	482.298	13.439.413	3.008.867	3.954.925	1.818.253	22.703.756
2026	33.740	892.950	189.747	268.783	295.941	1.681.161
2027	67.480	1.775.414	356.680	528.872	570.503	3.298.949
2028	67.480	1.750.738	327.535	514.095	535.480	3.195.328
2029	67.480	1.672.453	293.360	478.990	334.061	2.846.344
2030	67.480	1.519.664	252.519	424.083	76.730	2.340.476
2031 em diante	178.638	5.828.194	1.589.026	1.740.102	5.538	9.341.498
Valor presente	324.989	7.936.865	1.667.393	2.431.406	1.487.384	13.848.037

Consolidado						
	LT Amazonas	Arrendamentos Infraestrutura de rede	Arrendamentos Lojas & Quiosques e Imóveis	Arrendamentos Terrenos (Rede)	Arrendamentos Fibra	Total
Valores nominais	482.298	13.439.413	3.009.170	3.954.925	1.818.253	22.704.059
2026	33.740	892.950	189.948	268.783	295.941	1.681.362
2027	67.480	1.775.414	356.782	528.872	570.503	3.299.051
2028	67.480	1.750.738	327.535	514.095	535.480	3.195.328
2029	67.480	1.672.453	293.360	478.990	334.061	2.846.344
2030	67.480	1.519.664	252.519	424.083	76.730	2.340.476
2031 em diante	178.638	5.828.194	1.589.026	1.740.102	5.538	9.341.498
Valor presente	324.989	7.936.865	1.667.680	2.431.406	1.487.384	13.848.324

i) LT Amazonas

Em 2013, a Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

Notas Explicativas

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Arrendamentos

Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão, terrenos, lojas e quiosques e fibras no escopo do IFRS 16.

(a) Venda e *leaseback* das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC"), em novembro de 2014 e janeiro de 2015, contratos de venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade, no montante aproximado de R\$ 3 bilhões, acompanhados de um Contrato Master de Locação (MLA), pelo prazo de 20 anos, na modalidade de *sale and leaseback*. Foram transferidas 5.873 torres entre 2015 e 2017, totalizando R\$ 2.651.247 em vendas, dos quais R\$ 1.088.390 foram registrados como receita diferida, amortizada ao longo do prazo contratual (nota 22).

Em março de 2026 a Companhia firmou um acordo estratégico com a ATC, o qual abrangeu todo o parque que compõe a relação entre TIM e ATC. Tal acordo gerou modificação sobre os saldos de venda e *leaseback*, em função de redução do prazo e restrições de uso, com concomitante remensuração de saldos. Por outro lado, a Companhia também possui outros contratos de arrendamentos de torres com a ATC, que tiveram aumento dos prazos, com efeitos de remensuração.

Vale destacar que, do total de R\$ 7.936.865 (R\$ 7.825.464 em 31 de dezembro de 2025) apresentado em "Arrendamentos – Infraestrutura de Rede", estão incluídos os montantes de R\$ 1.369.168 (R\$ 1.630.795 em 31 de dezembro de 2025) relacionados à Venda de Torres (*leaseback*) e de R\$ 135.909 (R\$ 108.588 em 31 de dezembro de 2025) relacionados a arrendamentos de torres vinculados a contratos com empresas torreiras.

Arrendamentos de baixo valor ou curto prazo

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou de curto prazo (inferiores a 12 meses) foram reconhecidos como despesa de aluguel e totalizaram R\$ 14.726 em 30 de junho de 2026 (R\$ 14.415 no mesmo período de 2025).

18. **Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Fornecedores	4.738.660	5.138.780	4.841.524
Moeda nacional	4.106.835	4.414.270	4.209.699
Fornecedores de materiais e serviços (i)	4.012.672	4.321.640	4.115.536
Interconexão (ii)	51.763	56.960	51.763
Roaming (iii)	6.547	6.391	6.547
Co-billing (iv)	35.853	29.279	35.853
Moeda estrangeira	631.825	724.510	631.825
Fornecedores de materiais e serviços (i)	340.755	285.866	340.755
Roaming (iii)	291.070	438.644	291.070
Parcela Circulante	4.738.660	5.138.780	4.841.524

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(iv) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores são incluídos nas atividades operacionais da demonstração do fluxo de caixa.

A Companhia firmou contratos com instituições financeiras como alternativa de suporte aos seus fornecedores para que pontualmente, a seu exclusivo critério, pudessem antecipar seus recebíveis. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para uma instituição financeira sem direito de regresso mantendo os prazos contratuais. Os títulos cedidos são antecipados aos fornecedores mediante aplicação de taxa de deságio. Após a realização das operações a Companhia passa a ter essas instituições financeiras como credoras dos títulos cedidos no valor e prazo contratuais originais com os fornecedores, sem nenhum encargo ou benefício financeiro associado. O saldo registrado referente aos títulos a pagar relacionados a essas operações já foi integralmente pago pelas instituições financeiras aos fornecedores.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui aproximadamente R\$ 122 milhões (R\$ 591 milhões em 31 de dezembro de 2025) relacionados a operação de risco sacado, conforme detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos – fornecedores pagos	121.759	590.646	121.759
Saldo relativo a faturas incluídas nos Acordos – fornecedores não pagos	-	-	-
	<u>121.759</u>	<u>590.646</u>	<u>121.759</u>

Não houve alterações não caixa significativas nos valores contábeis de fornecedores incluídos nestas operações.

19. Autorizações a pagar

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Renovação de autorizações (i)	281.105	289.241	281.105
Dívida ANATEL atualizada (ii)	233.772	221.194	233.772
Autorizações a pagar (iii)	1.014.432	970.998	1.014.432
	<u>1.529.309</u>	<u>1.481.433</u>	<u>1.529.309</u>
Parcela circulante	(335.063)	(321.761)	(335.063)
Parcela não circulante	<u>1.194.246</u>	<u>1.159.672</u>	<u>1.194.246</u>

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis¹. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 30 de junho de 2026, os saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações eram de R\$ 281.105 (R\$ 289.241 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz, referente as autorizações da licença 4G, e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões, atualizado pelo IGP-DI, totalizando R\$ 234 milhões em 30 de junho de 2026 (221 milhões em 31 de dezembro de 2025), o qual ainda está pendente de julgamento.

(iii) Refere-se aos custos na aquisição das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração (“Leilão 5G”), onde em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização. O valor inicial total especificamente das radiofrequências no montante de R\$884 milhões, sofre incidência de juros atrelados à taxa Selic e a Companhia optou por realizar pagamentos anuais pelo período de 20 anos (tendo pago as 4 primeiras parcelas nos montantes de R\$46, R\$52, R\$58 e R\$62 milhões).

¹ O tempo de renovação varia de acordo com o edital de licitação e condições de prorrogação aprovadas pela Agência.

Notas Explicativas

As autorizações a pagar em 30 de junho de 2026 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	06/2026
2027	323.540
2028	71.871
2029	71.871
2030	71.871
2031	65.443
2032 em diante	589.650
	1.194.246

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 30 de junho de 2026, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Data de Expiração									
Termos de Autorização	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Bandas V1 e V2 (4G)	2500 MHz (Banda P (4G))	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031	ES - Abril/2038	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2031 (900MHz e 1800MHz) Dezembro/32 (900MHz)	Dezembro/2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	PR, SC, RS – dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e PR, SC, RS - dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Novembro, 2028 (800MHz); dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	Novembro/2028 (800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	Novembro/2028 (800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	Novembro/2028 (800MHz) - Março/2031 (900MHz e 1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

Notas Explicativas

	Dezembro 2032 (1800MHz)								
Ceará	Novembro/2028 (800MHz) - Março/2031 (900MHz e 1800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	Novembro/2028 (800MHz) - Março/2031 (900MHz e 1800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	Novembro/2028 (800MHz) - Março/2031 (900MHz e 1800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	Novembro/2028 (800MHz) - Março/2031 (900MHz e 1800MHz) - Dezembro 2032 (1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	Novembro/2028 (800MHz) - Março/2031 (900MHz e 1800MHz) - Dezembro 2032 (900 e 1800MHz)	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	Abril/2028 - Março/2031 (1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	Agosto/2027	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Notas Explicativas

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado
				06/2026	12/2025	06/2026
Debêntures ¹ (ii)	BRL	IPCA + 3,9182% a.a.	jun/28	1.415.682	2.049.182	1.415.682
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	nov/31	302.305	329.566	302.305
BNB ² (i)	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	fev/28	308.273	399.975	308.274
Safra (iii)	BRL	CDI + 3,91% a.a	abr/28	-	-	3.916
Itaú 4131 (iii)	EUR	3,7449% a.a	abr/27	-	-	2.548
Santander (iii)	BRL	CDI + 3,79% a.a	abr/28	-	-	21.465
CEF (iii)	BRL	CDI + 2,42% a.a	out/28	-	-	27.039
Debêntures (iv)	BRL	CDI + 2,10% a.a.	mai/32			160.169
Itaú CCB (iv)	BRL	CDI + 2,45% a 2,50% a.a.	out/30	-	-	407.765
Total				2.026.260	2.778.723	2.649.163
Circulante				(950.252)	(925.626)	(1.108.956)
Não circulante				1.076.008	1.853.097	1.540.207

¹ É prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

² As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por adimplência.

Garantias

(i) Recebíveis da TIM S.A. limitados ao valor da dívida;

(ii) Não possuem garantia;

(iii) Possuem garantias contratuais representadas por cartas de crédito *standby* (SBLC), avais e cessões fiduciárias;

(iv) Garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios e recursos em contas vinculadas.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados trimestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. As Debêntures emitidas pela TIM S.A. (2ª emissão em Série Única) possuem cláusula de cumprimento de índice financeiro, calculado semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O índice é Dívida financeira líquida sobre EBITDA. A Companhia cumpriu todos os índices estabelecidos.

A controlada I-Systems possui uma operação de debênture de R\$ 160 milhões, com vencimento em maio de 2032 e remuneração de CDI + 2,10% a.a., além de três CCBs contratadas com o Banco Itaú, totalizando R\$ 408 milhões, com vencimento em outubro de 2030 e remuneração de CDI acrescida de spread entre 2,45% e 2,50% a.a.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 30 de junho de 2026 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Valores nominais	
	Controladora	Consolidado
2027	118.697	181.730
2028	795.295	925.351
2029	55.548	171.104
2030	55.548	171.104
2031	50.920	77.586
2032	-	13.332
	1.076.008	1.540.207

Notas Explicativas

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valores nominais	
	Controladora	Consolidado
2026	122.541	209.667
2027	946.408	1.081.019
2028	795.295	925.351
2029	55.548	171.104
2030	55.548	171.104
2031	50.920	77.586
2032	-	13.332
	2.026.260	2.649.163

Valor justo dos empréstimos

Com relação às captações contratadas: Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está detalhado na tabela abaixo:

	Controladora	
	06/2026	12/2025
Debêntures	1.426.386	2.062.508
BNDES	303.207	330.551
BNB	309.006	400.926

21. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Impostos, taxas e contribuições a recolher	5.333.461	4.888.759	5.389.853
Impostos e Taxas ANATEL (i)	4.830.368	4.347.216	4.858.809
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	262.486	328.376	287.662
Imposto sobre Serviço - ISS	63.008	62.174	63.868
PIS / COFINS	53.781	54.430	55.221
Outros (ii)	123.818	96.563	124.293
Parcela circulante	(5.300.701)	(4.855.551)	(5.326.389)
Parcela não circulante	32.760	33.208	63.464

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP. Dos valores de 2020, a Companhia efetuou o pagamento referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Notas Explicativas

Nos anos de 2021 a 2026, houve pagamento parcial referentes a CRFP e Condecine anualmente, com os pagamentos de TFF suspensos com base em liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Em 30 de junho de 2026 o valor total da obrigação referente a TFF é R\$ 4.803 milhões, sendo R\$ 3.458 milhões de principal e R\$ 1.345 milhões de juros moratórios (em 31 de dezembro de 2025 o valor total da obrigação referente a TFF é R\$ 4.320 milhões, sendo R\$ 3.188 milhões de principal e R\$ 1.131 milhões de juros moratórios).

(ii) A composição desta conta inclui o montante de R\$ 67 milhões (R\$62 milhões em dezembro de 2025) referente ao IRRF sobre JSCP aprovados em junho de 2026.

22. Receitas diferidas

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Receitas diferidas	555.526	765.711	593.227
Serviços a prestar pré-pago (i)	71.396	130.783	71.396
Receitas antecipadas	28.134	31.058	28.134
Receitas diferidas sobre venda de torres (ii)	381.871	518.445	381.871
Passivo contratual (iii)	74.125	85.425	111.826
Parcela circulante	(193.316)	(259.527)	(221.470)
Parcela não circulante	362.210	506.184	371.757

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 17), onde parte do valor foi realizado em 2026 pela renegociação do contrato com a ATC.

(iii) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

Os saldos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, apresentados abaixo:

	Controladora	Consolidado	
	06/2026	12/2025	06/2026
Ativo contratual (nota 6)	21.916	25.898	21.916
Passivo contratual	(74.125)	(85.425)	(111.826)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise. Além disso, o passivo contratual inclui valores relacionados às taxas de habilitação e disponibilização de contratos com clientes.

Notas Explicativas

Resumo das principais variações no período:

	Ativo (passivo) contratual	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º. de janeiro de 2026	(59.527)	(59.527)
Saldo de companhia adquirida	-	(48.936)
Adições	(17.627)	(17.927)
Baixas	24.945	36.480
Saldo em 30 de junho de 2026	(52.209)	(89.910)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	Controladora		
	2026	2027	2028
Ativo (passivo) contratual	(24.709)	(26.052)	(1.448)

	Consolidado		
	2026	2027	2028
Ativo (passivo) contratual	(52.864)	(31.119)	(5.927)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

23. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.595.600	1.559.687	1.600.123
Cível e regulatória (a)	465.124	466.726	465.140
Trabalhistas (b)	182.809	196.916	187.191
Tributária (c)	947.667	896.045	947.792

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos, encontram-se resumidas a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora				
	12/2025	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	06/2026
	1.559.687	103.957	(188.999)	120.955	1.595.600
Cível e regulatória (a)	466.726	35.819	(68.678)	31.257	465.124
Trabalhistas (b)	196.916	28.177	(52.014)	9.730	182.809
Tributária (c)	896.045	39.961	(68.307)	79.968	947.667

	Consolidado					
	12/2025	Saldo de Companhia adquirida	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	06/2026
	1.559.687	5.278	103.202	(188.999)	120.955	1.600.123
Cível e regulatória (a)	466.726	17	35.818	(68.678)	31.257	465.140
Trabalhistas (b)	196.916	5.137	27.422	(52.014)	9.730	187.191
Tributária (c)	896.045	124	39.962	(68.307)	79.968	947.792

	Controladora				
	12/2024	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	06/2025
	1.564.293	91.513	(172.525)	(4.348)	1.478.933
Cível e regulatória (a)	595.611	(2.131)	(71.064)	(86.183)	436.233
Trabalhistas (b)	209.098	36.583	(57.765)	18.819	206.735
Tributária (c)	759.584	57.061	(43.696)	63.016	835.965

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis e regulatórios

a.1 *Ações movidas por consumidores*

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R\$ 139.623 (R\$ 133.178 em 31 de dezembro de 2025), referem-se principalmente a processos por suposta cobrança indevida, discussões contratuais, portabilidade, discussões relacionadas a não restituição de valores, e suposta ocorrência de fraudes.

a.2 *Órgãos de Defesa do Consumidor*

Notas Explicativas

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações contratuais; (iv) questionamentos sobre publicidade; e (v) discussão de cobrança indevida. O montante provisionado equivale a R\$ 126.103 (R\$119.954 em 31 de dezembro de 2025).

A TIM é ré em uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual são discutidos supostos vícios na qualidade da prestação de serviços para os usuários do plano *Infinity*. A TIM recorreu da decisão ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT), mas teve seus recursos negados. Em seguida, apresentou Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF), que também foi rejeitado. Após isso, a TIM protocolou uma Reclamação no STF, alegando que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estaria julgando um tema que seria de competência exclusiva do STF, especificamente, o Tema 1075 da repercussão geral. O Ministro Relator rejeitou a Reclamação, e a TIM apresentou Agravo Interno, que também foi negado inicialmente. No entanto, no julgamento concluído em 24 de abril de 2025, um dos ministros apresentou voto divergente, que acabou sendo seguido pela maioria do colegiado. Com isso, o STF deu provimento ao Agravo Interno da TIM, reconhecendo que a 11ª Vara Cível de Curitiba/PR é a competente para julgar o caso, e anulou as decisões anteriores do TJDFT. Diante dessa nova decisão judicial em abril/2025, a TIM reverteu a provisão contábil R\$ 169 milhões, sendo R\$ 50 milhões principal e R\$ 119 milhões de atualização monetária. A ação foi redistribuída ao juízo da 11ª Vara Cível de Curitiba/PR, aguardando decisão acerca da existência de contingência com demanda em tramitação pelo TJPR, atualmente em fase recursal, para definir o prosseguimento da demanda.

a.3 Ex-parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. O valor provisionado é de R\$ 49.794 (R\$ 41.146 em 31 de dezembro de 2025).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato em que os valores provisionados totalizam R\$ 52.343 (R\$ 50.496 em 31 de dezembro de 2025).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores provisionados equivalem a R\$ 19.174 (R\$47.564 em 31 de dezembro de 2025).

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs) e (v) relativos ao não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, incluindo Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$ 78.087 (R\$ 74.388 em 31 de dezembro de 2025).

b. Trabalhistas e previdenciários

b.1 Processos trabalhistas

Notas Explicativas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como horas extras, diferenças de remuneração variável e reflexos legais nas demais verbas do contrato, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas. Do total de 1.198 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2026 (1.347 em 31 de dezembro de 2025) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 154.933 atualizado monetariamente (R\$ 161.133 em 31 de dezembro de 2025).

b.2 Previdenciário

A Companhia é parte de 21 ações em 30 de junho de 2026 (27 em 31 de dezembro de 2025) referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário, no valor total atualizado de R\$ 27.876 (R\$ 35.783 em 31 de dezembro de 2025).

c. Processos tributários

	06/2026	12/2025
Tributos Federais	337.789	377.027
Tributos Estaduais	503.316	436.204
Tributos Municipais	60.608	11.861
Processos TIM S.A. (<i>Purchase price allocation</i>)	45.954	70.953
	<u>947.667</u>	<u>896.045</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composta pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão para a TIM S.A. suporta sessenta e nove processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) Existe provisão de 3 processos referentes a FUST/FUNTTEL e suas decorrentes obrigações acessórias. Destes, destacam-se dois casos em que a discussão segue principalmente sobre denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST. O valor relativo à multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, provisionado e atualizado é de R\$ 19.891 (R\$ 19.313 em 31 de dezembro de 2025).

Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019 e no segundo trimestre de 2026, a Companhia constituiu novas provisões relacionadas a processos de FUST no montante de R\$ 77.902 e R\$ 31.612, respectivamente, por meio dos quais se busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 109.514 (R\$ 75.769 em 31 de dezembro de 2025).

- (ii) A Companhia constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 74.850 (R\$ 71.815 em 31 de dezembro de 2025).
- (iii) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 22.834 (R\$ 22.389 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

Tributos Estaduais

A provisão para a TIM S.A. suporta cento e quarenta processos e está substancialmente composta pelas seguintes naturezas:

- (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 65.943 (R\$ 56.412 em 31 de dezembro de 2025);
- (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 140.422 (R\$ 107.350 em 31 de dezembro de 2025);
- (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 12.148 (R\$ 7.393 em 31 de dezembro de 2025).
- (iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 25.776 (R\$ 36.075 em 31 de dezembro de 2025).
- (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 103.916 (R\$ 118.327 em 31 de dezembro de 2025);
- (vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R\$ 5.936 (R\$ 16.181 em 31 de dezembro de 2025).
- (vii) cobrança sobre valores de assinatura sem franquia, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 54.583 (R\$ 9.214 em 31 de dezembro de 2025).
- (viii) cobrança sobre valores de crédito especial, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 5.195 (R\$ 5.009 em 31 de dezembro de 2025).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

Além disso, no segundo trimestre de 2026, a companhia realizou o provisionamento de parte de um processo em que discute ISS sobre serviços técnicos, acessórios e interconexão. Com isso, o valor total atualizado na esfera Municipal equivale a R\$ 60.608 (R\$ 11.861 em 31 de dezembro de 2025).

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R\$ 45.954 (R\$70.953 em 31 de dezembro de 2025).

d. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
	27.410.344	26.722.972	27.490.424
Cível e regulatória (d.1)	1.683.558	1.798.568	1.683.901
Trabalhista e previdenciária (d.2)	403.803	474.376	444.315
Tributária (d.3)	25.322.983	24.450.028	25.362.208

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

d.1. Cíveis e regulatórias

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Ações movidas por consumidores (d.1.1)	122.886	129.012	122.886
ANATEL (d.1.2)	444.472	566.588	444.472
Órgãos de Defesa do Consumidor (d.1.3)	396.494	447.834	396.494
Ex-parceiros comerciais (d.1.4)	320.041	326.930	320.041
Socioambiental e infraestrutura (d.1.5)	141.239	77.780	141.239
Outros (d.1.6)	258.426	250.424	258.769
	<u>1.683.558</u>	<u>1.798.568</u>	<u>1.683.901</u>

d.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

d.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs) e (v) relativos ao não cumprimento de certos indicadores de qualidade, inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC.

Em 30 de junho de 2026, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações) e Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 112.301 (R\$ 249.373 em 31 de dezembro de 2025).

Em 19 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do Termo ocorreu em 25 de junho do mesmo ano. O acordo abrangia sanções que totalizavam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões (atualizados à época), arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhorias relativas aos macrotemas “Qualidade”, “Ampliação do Acesso”, “Direitos e Garantias dos Usuários” e “Fiscalização”.

Notas Explicativas

A Companhia vem apresentando seu entendimento à Anatel nos casos em que a Agência apontou indícios de descumprimento nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC) eventualmente instaurados.

Já a respeito da prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a Companhia torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012 e anos posteriores, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado entre outras. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

d.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) supostas violações contratuais; (iii) questionamentos sobre publicidade e, (iv) questionamentos da qualidade no atendimento.

d.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

d.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

d.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato.

d.2. Trabalhista e Previdenciária

d.2.1. Previdenciária

A Companhia é parte de ações referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário e na esfera administrativa, bem como em demandas que discutem responsabilidade solidária, no valor total atualizado de R\$ 20.069 (R\$ 67.492 em 31 de dezembro de 2025).

d.2.2. Trabalhistas

Há 1.881 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2026 (2.142 em 31 de dezembro de 2025) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante atualizado de R\$ 388.075 (R\$ 406.884 em 31 de dezembro de 2025). Ressaltamos a existência de reclamações trabalhistas, movidas por ex-empregados do grupo econômico Docas (Gazeta Mercantil, JB do Brasil, etc). Esses autores ajuizaram ações requerendo, na fase executória, a inclusão da Holdco (ex-acionista controladora da Intelig – atual TIM S.A.) ou da TIM Participações (incorporada pela TIM S.A), como rés solidárias, solicitando o pagamento da decisão judicial pela TIM, em razão de suposta formação de grupo econômico.

Notas Explicativas

d.3. Tributárias

	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
	25.322.983	24.450.028	25.362.208
Tributos Federais (d.3.1)	5.304.102	4.991.390	5.304.102
Tributos Estaduais (d.3.2)	13.360.425	12.960.732	13.374.392
Tributos Municipais (d.3.3)	1.997.141	1.988.271	1.997.141
FUST, FUNTTEL e EBC (d.3.4)	4.661.315	4.509.635	4.686.573

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 16.804.659 (R\$ 16.635.711 em 31 de dezembro de 2025).

d.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra a Companhia relativamente a tributos federais é de R\$ 5.304.102 em 30 de junho de 2026 (R\$ 4.991.390 em 31 de dezembro de 2025). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R\$1,4 bilhão. Com o julgamento da Câmara Superior de Recursos Fiscais, da Receita Federal, em 2025 foi confirmado um novo êxito parcial, no valor estimado atualizado de aproximadamente R\$ 610 milhões. Em 30 de junho de 2026, o valor remanescente classificado como risco possível é de R\$ 1.339.884 (R\$ 1.225.208 em 31 de dezembro de 2025).
- (ii) No terceiro e quarto trimestre de 2024, houve ingresso de processo relacionado ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS das respectivas bases de cálculo, convertendo-se em eventual valor devido visto as compensações realizadas. O valor envolvido com risco possível é de R\$ 1.929.372 (R\$ 1.825.929 em 31 de dezembro de 2025).
- (iii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais, bases negativas e outros créditos federais. O valor envolvido é de R\$ 305.700 (R\$ 289.676 em 31 de dezembro de 2025).
- (iv) Cobrança de tributos sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 242.391 (R\$ 232.657 em 31 de dezembro de 2025).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 360.558 (R\$ 351.801 em 31 de dezembro de 2025).
- (vi) Glosa de créditos de PIS/COFINS sobre insumos - despesas e custos que segundo avaliação da Companhia foram intrinsecamente relacionados a atividade operacional da mesma. O valor envolvido é de R\$ 368.685 (R\$ 349.532 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

- (vii) Processo relacionado ao lucro da exploração: questionamento da Receita Federal por suposta utilização indevida do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ referente à Sudene em razão do questionamento quanto a averbação dos laudos apresentados. O valor envolvido é de R\$ 379.039 (R\$ 355.624 em 31 de dezembro de 2025).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos federais relativas, mas não se limitando, às cobranças indevidamente vinculadas ao Grupo Jornal do Brasil, divergência de interpretação das regras contidas na Lei nº 9.718/98, outras compensações referentes à reapuração do pré-pago, desdobramentos do ágio e apuração de estimativas, tributação sobre operações de roaming internacional e de cessão onerosa de meios de rede, diferença de alíquota de IRRF, além de outros temas de menor representatividade.

d.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra a TIM S.A. e controladas relativamente a tributos estaduais em 30 de junho de 2026 é de R\$ 13.374.392 (R\$ 12.960.732 em 31 de dezembro de 2025). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata. O valor envolvido é de R\$ 1.611.478 (R\$ 1.534.669 em 31 de dezembro de 2025).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 559.368 (R\$ 536.534 em 31 de dezembro de 2025).
- (iii) Estorno de crédito, glosa de creditamentos extemporâneos e lançamentos relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$ 791.225 (R\$ 715.792 em 31 de dezembro de 2025).
- (iv) Cobrança sobre estorno de débitos do ICMS, decorrente da identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, bem como sobre os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), operações isentas e não tributadas e sobre outros créditos de natureza não tributável e cobranças e glosa de créditos de ICMS relacionados com operações sujeitas ao regime de substituição tributária. O valor envolvido é de R\$ 4.914.411 (R\$ 4.872.070 em 31 de dezembro de 2025).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 89.945 (R\$ 83.607 em 31 de dezembro de 2025).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 1.328.367 (R\$ 1.258.266 em 31 de dezembro de 2025).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados e do momento da tributação relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 2.494.984 (R\$ 2.248.803 em 31 de dezembro de 2025).
- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 214.864 (R\$ 237.426 em 31 de dezembro de 2025).
- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 181.702 (R\$ 261.438 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos estaduais relativas, mas não se limitando, ao coeficiente de creditamento aplicado nas aquisições de ativo permanente, aos créditos decorrentes de itens financeiros e de natureza não telecom indevidamente tributados no campo “Outras OCCs” (*Other Credits and Charges*), às outras operações isentas e não tributadas interestaduais, ao diferencial de alíquota – DIFAL, ao regime especial previsto no Convênio 128/10 e 17/13, às regras de emissão de notas fiscais disciplinadas no Convênio 55/05, além de outros temas de menor representatividade.

d.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R\$ 1.997.141 em 30 de junho de 2026 (R\$ 1.988.271 em 31 de dezembro de 2025). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 1.706.539 (R\$1.673.534 em 31 de dezembro de 2025).
- (ii) Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 110.051 (R\$ 106.438 em 31 de dezembro de 2025).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 131.317 (R\$ 154.989 em 31 de dezembro de 2025).

d.3.4. Tributos regulatórios

O valor total autuado contra a Companhia e controladas relativamente às contribuições para o FUST, FUNTTEL, TFI, FISTEL e EBC com classificação de risco possível é de R\$ 4.686.573 (R\$ 4.509.635 em 31 de dezembro de 2025). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

24. Obrigações com acionistas

Operação de grupamento e desdobramento

Em 24 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o grupamento e o posterior desdobramento de suas ações ordinárias, na proporção de 100:1, seguido de 1:100, sem afetar o capital social, o número de ações ou os ADRs da Companhia.

A proposta aprovada em 27 de março de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, considerou que a Operação, quando realizada: (i) será aplicada a todos os acionistas da Companhia, (ii) sem alteração no valor do capital social da Companhia ou no número total de ações, (iii) sem modificação dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia aos seus titulares e (iv) sem alteração no número de ações que compõem cada ADR, permanecendo inalterado o número total de ADRs em circulação.

No início de julho de 2025, a Companhia realizou o procedimento de grupamento e desdobramento de ações, após o prazo de 30 dias. Em 14 de julho de 2025, foi realizado leilão para alienação de 22.059.698 ações ordinárias correspondentes às frações resultantes da operação, formadas a partir da aglutinação das frações de ações. O resultado do leilão, no valor total de R\$ 455.691, já líquido de custos e taxas, equivalente a R\$ 20,66 por ação ordinária, foi disponibilizado aos titulares das frações de ações, nas devidas proporções, a partir do dia 23 de julho de 2025. Do resultado do leilão, o montante de R\$ 79.476 foi pago até 30 de junho de 2026, restando o montante de R\$ 376.216 (R\$ 376.458 em 31 de dezembro de 2025) à disposição dos antigos acionistas não identificados ou sem os dados cadastrais completos.

Notas Explicativas

As frações de ações não reclamadas pelos acionistas em até 3 anos, são revertidas ao patrimônio líquido da Companhia no momento de sua prescrição.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Em 30 de junho de 2026, o valor de obrigações com acionistas decorrente de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é de R\$ 141.337 (R\$ 157.831 em 31 de dezembro de 2025).

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2026, está representado por 2.392.125.889 ações ordinárias, após o cancelamento das ações em tesouraria, conforme nota 25.e. (2.392.125.889 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2025). As ações não possuem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	06/2026	12/2025
	405.257	388.236
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	27.656	10.635
Outras reservas de capital	23.997	23.997

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 16.d).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

Notas Explicativas

b.3 Outras reservas de capital

Corresponde às frações de ações prescritas, resultantes de grupamentos realizados em exercícios anteriores. Como não foram resgatadas pelos acionistas no prazo legal, essas frações foram revertidas em favor da Companhia e registradas em outras reservas de capital, no montante de R\$ 23.997.

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, excluindo o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

Conforme estatuto, o saldo de reserva de expansão não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de incentivo fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 30 de junho de 2026, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 3.143.043 (R\$3.143.043 em 31 de dezembro de 2025).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 27 de março de 2025, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2025, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2025
Lucro líquido do exercício	4.311.984
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(440.088)
(-) Constituição da reserva legal	(193.492)
Lucro líquido ajustado	3.678.404
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	919.601
Distribuição com base no lucro do exercício ajustado:	
Juros sobre capital próprio	1.720.000
Dividendos	1.379.192
Total de dividendos e JSCP propostos e distribuídos	3.099.192
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(327.576)
Total de dividendos e JSCP líquidos	2.771.616
Distribuição com base nas reservas de lucro:	
JSCP propostos e distribuídos	490.000
Dividendos intermediários / adicionais	410.808
Total de dividendos (incluindo dividendos adicionais) e JSCP líquidos	3.672.424

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante o ano de 2025, foram distribuídos os montantes de R\$2.210.000 de juros sobre capital próprio, sendo o valor de R\$ 1.720.000 distribuído com base no lucro do exercício de 2025 e R\$ 490.000 com base na reserva de expansão, e propostos dividendos de R\$1.790.000, sendo o valor de R\$ 1.379.192 distribuído com base no lucro do exercício de 2025 e R\$ 410.808 com base na reserva de expansão, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2025, totalizando R\$ 4.000.000.

Os valores destinados até 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, estão apresentados abaixo:

Aprovação	Pagamento	Provento
10/02/2025	22/04/2025	200.000
24/03/2025	Até 30/04/2026	490.000
05/05/2025	23/07/2025	300.000
22/07/2025	21/10/2025	320.000
23/09/2025	21/01/2026	480.000
16/12/2025	Até 30/06/2026	420.000
16/12/2025	30/12/2025	1.790.000
Total 2025		4.000.000
18/03/2026	30/04/2026	390.000
17/06/2026	22/07/2026	400.000
Total 2026		790.000

Notas Explicativas

Até 30 de junho de 2026, a Companhia desembolsou, por meio de dividendos e/ou JSCP, o montante total de R\$ 1.631.400 (R\$ 1.626.369, em 30 de junho de 2025), sendo R\$ 1.097.487 (R\$ 1.099.998 em 30 de junho de 2025) aos acionistas controladores e R\$ 533.913 (R\$ 526.371 em 30 de junho de 2025) aos acionistas não controladores. O total de dividendos pagos por ação, expresso em reais, em 30 de junho de 2026 é de R\$ 0,68 (R\$ 0,67 no mesmo período de 2025).

O saldo total em 30 de junho de 2026 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar”, totalizando R\$ 505.960 (R\$ 1.377.150 em 31 de dezembro 2025), dos quais R\$ 364.623 (R\$ 1.219.319 em 31 de dezembro de 2025) estão registrados na linha “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” e R\$ 141.337 na linha “Obrigações com acionistas”, é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$ 173.108 (R\$193.337 em 31 de dezembro 2025) além do montante de R\$ 400.000 (R\$ 332.852 líquidos) de JSCP referentes a 2026, pagos em julho de 2026.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

e. Ações em tesouraria

A Companhia mantém ações em tesouraria registradas pelo custo de aquisição, em conta redutora do patrimônio líquido, conforme estabelecido pelo IAS 32/CPC 39. As ações em tesouraria não conferem direito a voto ou recebimento de dividendos e não geram efeitos no resultado pela alienação ou cancelamento.

Em 12 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração encerrou o programa anterior e aprovou um novo programa de recompra de ações de até 67.210.173 ações ordinárias da Companhia, correspondentes a aproximadamente 2,78% do total de ações ordinárias da Companhia. As ações ordinárias adquiridas no âmbito do programa de recompra serão mantidas em tesouraria e posteriormente canceladas, sem redução do capital social. Além disso, aproximadamente 5 milhões de ações adquiridas no âmbito do programa de recompra serão destinadas à remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo. O objetivo é de incrementar valor aos acionistas por meio do uso eficiente dos recursos disponíveis em caixa e atender o Plano de Incentivos de Longo Prazo (LTI).

Desde a data da aprovação deste programa até 31 de dezembro de 2025 a Companhia recomprou 33.494 milhares de ações pelo valor total de R\$748.268 e destinou no programa de LTI a quantidade de 1.559 milhares de ações.

Em 16 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 28.679 milhares ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social. Em função do cancelamento das ações, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 2.392.125.889 ações ordinárias.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia mantém em tesouraria 3.458 (3.458 em 31 de dezembro de 2025) milhares de ações ordinárias, totalizando R\$ 78.539 (R\$ 78.539 em 31 de dezembro de 2025).

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2021-2023 e Plano 2024-2026

Em 30 de março de 2021 e 28 de março de 2024, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: “Plano 2021-2023” e “Plano 2024-2026” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Notas Explicativas

Os Planos 2021-2023 e 2024-2026 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*). Estes propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

Para os Planos 2021-2023 e 2024-2026 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Estes Planos, além de considerar a transferência de ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período de *vesting* (carência).

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação o Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de venciment o	Preço Outorg a	Saldo de ações (principal) no início do período (dez/25)	Ações (principal) outorgada s durante o exercício 2026	Ações transferidas durante o exercício				Pagas em Dinheiro durante o exercício				Ações cancelada s (principal) durante o exercício	Saldo de ações (principal) no final do período (jun/26)
						Volume Vested (principal)	Variação Performanc e	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferida s	Volume Vested (principal)	Variação Performanc e	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheir o		
Plano 2024- 2026 Outorga(s) 2026	887.812	mai/29	R\$ 26,78	-	887.812	-	-	-	-	-	-	-	-	-	887.812
Plano 2021- 2023 Outorga(s) 2025	1.368.704	mai/28	R\$ 17,22	1.121.959	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(61.551)	1.060.408
Plano 2024- 2026 Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R\$ 18,34	884.346	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.760)	830.586
Plano 2021- 2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	687.088	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.198)	637.890
Total				2.693.393	887.812	-	-	-	-	-	-	-	-	(164.509)	3.416.696
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 19,11												

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do período (dez/24)	Ações (principal) outorgadas durante o período	Ações transferidas durante o período				Pagas em Dinheiro durante o período				Ações canceladas (principal) durante o período	Saldo de ações (principal) no final do período (jun/25)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2024- 2026 Outorga(s) 2025	1.368.704	mai/28	R\$ 17,22	-	1.368.704	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.368.704
Plano 2024- 2026 Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R\$ 18,34	1.142.341	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.142.341
Plano 2021- 2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	1.097.732	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.097.732
Plano 2021- 2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	426.595	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	426.595
Total	5.384.268			2.666.668	1.368.704	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.035.372
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 15,86												

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

Notas Explicativas

- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.
- **Plano 2021-2023 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.
- **Plano 2021-2023 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2023 a 31 de março de 2023.
- **Plano 2024-2026 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2024 a 31 de março de 2024.
- **Plano 2024-2026 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2025 a 31 de março de 2025.

Em 30 de junho de 2026, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ R\$ 17.021 (R\$ 11.751 em 30 de junho de 2025). No primeiro semestre de 2026 e 2025, a Companhia não efetuou pagamentos aos participantes em dinheiro referente ao Plano de Incentivo de Longo Prazo.

Encerramento de programa de recompra de ações e aprovação de um novo programa

Conforme descrito na nota 25.e, em fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o novo programa, que destinará aproximadamente 5 milhões de ações adquiridas à remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo. Até 30 de junho de 2026, a Companhia havia recomprado e transferido 1,6 milhões de ações para atendimento ao programa de Plano de Incentivo de Longo Prazo.

27. Receita líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no período findo em 30 de junho de 2026 é de R\$ 89.041 (R\$ 50.594 em 30 de junho de 2025).

Notas Explicativas

Em março de 2025, o acordo firmado entre TIM S.A. e Banco C6 teve a aprovação da Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (CIMA), se confirmando o encerramento da parceria, assim como as disputas relacionadas e procedimentos arbitrais que estavam em curso. Até 31 de dezembro de 2025, os valores referentes ao Acordo, foram liquidados.

Adicionalmente, a receita de serviços inclui receitas da V8.Tech, relacionadas a soluções digitais e serviços de tecnologia, e da I-Systems Soluções de Infraestrutura S.A., relacionadas à infraestrutura de fibra óptica e rede neutra.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 / CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 10) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado
	06/2026	06/2025	06/2026
Receita operacional líquida	13.669.066	12.993.574	13.771.614
Receita operacional bruta	21.756.562	19.392.739	21.878.170
Receita de serviços	21.037.028	18.700.446	21.158.636
Receita de serviços - Móvel	19.502.447	17.683.909	19.502.447
Receita de serviços – Fixa	1.534.581	1.016.537	1.656.189
Venda de mercadorias	719.534	692.293	719.534
Deduções da receita bruta	(8.087.496)	(6.399.165)	(8.106.556)
Impostos incidentes	(2.079.668)	(2.025.197)	(2.098.728)
Descontos concedidos	(6.004.131)	(4.369.306)	(6.004.131)
Devoluções e outros	(3.697)	(4.662)	(3.697)

28. Custos e despesas operacionais

	Controladora							
	06/2026				06/2025			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(6.266.580)	(3.090.359)	(945.995)	(10.302.934)	(6.171.123)	(2.979.199)	(866.393)	(10.016.715)
Pessoal	(17.528)	(502.666)	(222.456)	(742.650)	(30.595)	(484.252)	(221.604)	(736.451)
Serviços de terceiros	(345.939)	(1.016.392)	(417.691)	(1.780.022)	(320.009)	(1.034.808)	(397.403)	(1.752.220)
Interconexão e meios de conexão	(2.081.392)	-	-	(2.081.392)	(1.886.247)	-	-	(1.886.247)
Depreciação e amortização	(2.996.329)	(206.251)	(265.381)	(3.467.961)	(3.107.393)	(207.161)	(207.348)	(3.521.902)
Impostos, taxas e contribuições	(76.019)	(430.363)	(18.219)	(524.601)	(76.446)	(442.054)	(15.111)	(533.611)
Aluguéis e seguros	(279.641)	(90.169)	(16.294)	(386.104)	(282.827)	(86.341)	(15.233)	(384.401)
Custo das mercadorias vendidas	(464.557)	-	-	(464.557)	(464.282)	-	-	(464.282)
Publicidade e propaganda	-	(338.757)	-	(338.757)	-	(330.094)	-	(330.094)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(490.194)	-	(490.194)	-	(373.450)	-	(373.450)
Outros	(5.175)	(15.567)	(5.954)	(26.696)	(3.324)	(21.039)	(9.694)	(34.057)

Notas Explicativas

Consolidado				
06/2026				
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(6.352.317)	(3.104.659)	(975.843)	(10.432.819)
Pessoal	(50.022)	(505.102)	(233.722)	(788.846)
Serviços de terceiros	(403.943)	(1.024.659)	(430.107)	(1.858.709)
Interconexão e meios de conexão	(2.017.962)	-	-	(2.017.962)
Depreciação e amortização	(3.054.806)	(210.369)	(269.830)	(3.535.006)
Impostos, taxas e contribuições	(76.046)	(430.363)	(18.214)	(524.623)
Aluguéis e seguros	(279.678)	(90.114)	(17.349)	(387.141)
Custo das mercadorias vendidas	(464.557)	-	-	(464.557)
Publicidade e propaganda	-	(338.758)	-	(338.758)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(489.649)	-	(489.649)
Outros	(5.303)	(15.645)	(6.621)	(27.568)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia, no montante de R\$ 16.179 (R\$ 16.724 em 30 de junho de 2025). Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado
	06/2026	06/2025	06/2026
Receitas			
Multas s/ serviços de telecomunicações	62.258	57.867	62.258
Receita na alienação de ativos	6.645	4.149	6.645
Outras receitas (i)	143.501	44.608	143.489
	212.404	106.624	212.392
Despesas			
FUST/FUNTTEL (ii)	(81.427)	(80.164)	(82.379)
Impostos, taxas e contribuições	(3.774)	(12.457)	(3.780)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(134.207)	(81.219)	(134.190)
Despesa na alienação de ativos	(3.766)	(5.725)	(3.766)
Outras despesas (iii)	(67.030)	(10.895)	(67.032)
	(290.204)	(190.460)	(291.147)
Outras receitas (despesas), líquidas	(77.800)	(83.836)	(78.755)

- (i) Representa, principalmente, a receita diferida nas torres alienadas, sendo R\$ 136.573 em 30 de junho de 2026 (R\$ 27.048 em 30 de junho de 2025). O aumento de cerca de R\$80 milhões no período está relacionado à realização em 2026 devido à renegociação do contrato com a ATC, conforme descrito na nota 17.

Notas Explicativas

- (ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.
- (iii) Inclui o montante líquido de R\$ 56.311 referente à perda decorrente da remensuração a valor justo e seus efeitos fiscais da participação anteriormente detida na I-Systems na data da aquisição do controle, que está sob revisão, conforme previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3.

30. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado
	06/2026	06/2025	06/2026
Receitas financeiras	1.326.831	771.727	1.331.935
Juros sobre aplicações financeiras	368.988	341.815	373.077
Juros de clientes	30.633	19.011	30.633
Juros swap (ii)	818.222	148.758	818.222
Juros sobre arrendamento	14.236	14.258	14.236
Atualização monetária (i)	72.609	169.477	73.624
Outras receitas	22.143	78.408	22.143

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais.

(ii) Representa os ganhos obtidos com instrumentos de swap obtidos de forma a proteger a Companhia de variações de taxas de juros incidentes sobre dívidas.

31. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	06/2026	06/2025	06/2026
Despesas financeiras	(2.403.994)	(1.659.666)	(2.423.705)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(145.526)	(148.326)	(164.390)
Juros sobre impostos e taxas	(213.037)	(192.955)	(213.038)
Juros swap (i)	(783.773)	(154.243)	(783.773)
Juros sobre passivo de arrendamento, líquidos de cancelamentos	(898.930)	(774.400)	(898.974)
Atualização monetária (ii)	(186.158)	(117.994)	(186.158)
Descontos concedidos	(34.552)	(23.427)	(34.627)
Outros derivativos (iii)	(3.358)	(165.780)	(3.358)
Outras despesas	(138.660)	(82.541)	(139.387)

(i) Representa as perdas incorridas com instrumentos de swap contratados com o objetivo de proteger a Companhia das variações das taxas de juros incidentes sobre suas dívidas.

(ii) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 181.364 (R\$ 116.755 em 30 de junho de 2025); e

(iii) Em função do acordo firmado entre TIM e Banco C6 e aprovado pela CIMA no 1º trimestre de 2025, houve o ajuste dos ativos financeiros detidos pela TIM nos termos contratuais. Os valores das operações com o C6 foram liquidados em dezembro de 2025.

Notas Explicativas

32. Variação cambial, líquida

	Controladora		Consolidado
	06/2026	06/2025	06/2026
Receitas			
Empréstimos e financiamentos	-	7.370	-
Fornecedores	59.123	48.182	59.664
Swap	-	3.601	-
Contas a Receber	22.645	25.466	22.645
Ativo Financeiro (i)	11.993	3.259	11.993
	93.761	87.878	94.302
Despesas			
Empréstimos e financiamentos	-	(3.596)	(140)
Fornecedores	(16.966)	(42.028)	(17.119)
Swap	-	(7.370)	-
Contas a Receber	(51.161)	(79.184)	(51.161)
Ativo Financeiro (i)	(32.752)	(40.944)	(32.752)
	(100.879)	(173.122)	(101.172)
Variações cambiais, líquidas	(7.118)	(85.244)	(6.870)

(i) Refere-se às variações cambiais incidentes sobre o Fundo 5G, conforme nota 12.

33. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período, excluindo as ações em tesouraria.

	06/2026	06/2025
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.786.664	1.773.008
Quantidade média ponderada de ações em circulação (milhares)	2.388.668	2.420.128
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,75	0,73

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, excluindo as ações em tesouraria, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluidoras.

	06/2026	06/2025
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.786.664	1.773.008
Quantidade média ponderada de ações em circulação (milhares)	2.389.125	2.420.530
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,75	0,73

Notas Explicativas

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 457 milhares (403 milhares em 30 de junho de 2025) relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

A operação de grupamento/desdobramento de ações, conforme descrita na nota 24, não impactou o cálculo do lucro básico e diluído por ação, pois não houve alteração na quantidade média ponderada de ações em circulação.

34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia e empresa controladora e coligadas são os seguintes:

	Ativo		
	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Telecom Italia Sparkle (i)	6.338	8.391	6.338
TI Sparkle (iii)	-	5	-
TIM Brasil (vii)	23.035	23.183	23.035
Telecom Italia S.p.A. (ii)	9.065	5.850	9.065
I-Systems (ix)	-	53.538	-
I-Systems (xi)	48.717	-	-
Outros	97	97	97
Total	87.252	91.064	38.535

	Passivo		
	Controladora		Consolidado
	06/2026	12/2025	06/2026
Telecom Italia S.p.A. (ii)	137.130	90.846	137.130
Telecom Italia Sparkle (i)	6.263	6.407	6.263
TI Sparkle (iii)	1.289	2.402	1.289
TIM Brasil (iv)	10.858	10.858	10.858
I-Systems (viii)	-	56.027	-
TIM Brasil (x)	229.459	791.797	229.459
V8 Tech	2.446	-	-
Outros	8.701	4.138	8.983
Total	396.146	962.475	393.982

	Receita		
	Controladora		Consolidado
	06/2026	06/2025	06/2026
Telecom Italia S.p.A. (ii)	14.403	15.158	14.403
Telecom Italia Sparkle (i)	3.681	4.255	3.681
TI Sparkle (iii)	19	163	19
I Systems (ix)	739	994	739
I Systems (xi)	297	-	-
Total	19.139	20.570	18.842

Notas Explicativas

	Custos/Despesa		
	Controladora		Consolidado
	06/2026	06/2025	06/2026
Telecom Italia S.p.A. (ii)	90.237	83.129	90.237
Telecom Italia Sparkle (i)	2.456	2.598	2.456
TI Sparkle (iii)	7.578	6.441	7.578
Grupo Vivendi (v)	-	1.851	-
Gruppo Havas (vi)	-	274.836	-
I-Systems (viii)	148.679	223.079	148.679
I-Systems (xi)	65.785	-	-
Outros	16.572	17.066	16.572
Total	331.307	609.000	265.522

- (i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.
- (ii) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A. o direito de utilização da marca “TIM” mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da Companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.
- (iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabos submarino) e serviço de sinalização.
- (iv) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.
- (v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS. Em maio de 2025 o Grupo Vivendi deixou de ser parte relacionada.
- (vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referiam-se aos serviços de publicidade, dos quais R\$ 99.433, em 30 de junho de 2025, estavam relacionados aos repasses de mídia. Em 30 de junho de 2026, não há valores registrados, uma vez que o Gruppo Havas deixou de ser parte relacionada em maio de 2025.
- (vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- (viii) Os valores referem-se a serviços de capacidade de infraestrutura de fibra.
- (ix) Refere-se principalmente a despesa antecipada que representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.
- (x) Os valores referem-se ao saldo de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar para a controladora.
- (xi) Os valores referem-se a serviços de capacidade de rede prestados pela I-Systems.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 30 de junho de 2026, a Companhia investiu R\$ 126 (R\$ 7.747 em 30 de junho de 2025).

Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Notas Explicativas

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	06/2026	06/2025
Benefícios de curto prazo	14.123	13.569
Remuneração baseada em ações	8.617	7.089
	<u>22.740</u>	<u>20.658</u>

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a “*hedge accounting*”.

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap* e opções.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar o aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré-fixada e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamentos junto ao BNDES (FINAME) e BNB, todos até o vencimento.

Notas Explicativas

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de *swap* atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 ou receitas de serviços prestados durante os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política da Companhia para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

(v) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez. Vide notas 17 e 20.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Notas Explicativas

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	06/2026		12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	359.022	129.504	452.203	168.711
	359.022	129.504	452.203	168.711
Parcela circulante	(359.022)	(129.504)	(452.203)	(168.711)

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 17 e 20.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

	Controladora		
	06/2026		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.198.492	544.081	2.742.573
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.198.492	544.081	2.742.573
Instrumentos financeiros derivativos	-	359.022	359.022
Títulos e valores mobiliários	1.869.152	-	1.869.152
Ativos financeiros	329.340	185.059	514.399
Total do passivo	-	168.610	168.610
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	168.610	168.610
Instrumentos financeiros derivativos	-	129.504	129.504
Contraprestação contingente – <i>earn-out</i>	-	39.106	39.106

Notas Explicativas

	Consolidado		
	06/2026		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.215.991	544.081	2.760.072
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.215.991	544.081	2.760.072
Instrumentos financeiros derivativos	-	359.022	359.022
Títulos e valores mobiliários (i)	1.886.651	-	1.886.651
Ativos financeiros	329.340	185.059	514.399
Total do passivo	-	168.610	168.610
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	168.610	168.610
Instrumentos financeiros derivativos	-	129.504	129.504
Contraprestação contingente – <i>earn-out</i>	-	39.106	39.106

	Controladora		
	12/2025		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.639.447	627.520	3.266.967
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.639.447	627.520	3.266.967
Instrumentos financeiros derivativos	-	452.203	452.203
Títulos e valores mobiliários	2.300.655	-	2.300.655
Ativos financeiros	338.792	175.317	514.109
Total do passivo	-	168.711	168.711
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	168.711	168.711
Instrumentos financeiros derivativos	-	168.711	168.711

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de empresas similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados a taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 30 de junho de 2026, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas no quadro a seguir:

Notas Explicativas

30 de junho de 2026

						%	TAXAS MÉDIAS SWAP	
CONTRAPARTE						Cobertura		
Moeda	Tipo de SWAP			Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹		Ponta Ativa	Ponta Passiva
		Dívida	SWAP					
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	308.273	309.006	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.424.610	1.426.386	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	302.305	303.207	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%) e, alguns contratos de dívida atrelados ao IPCA foram remensurados devido à deflação. Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2025

						%	TAXAS MÉDIAS SWAP	
CONTRAPARTE						Cobertura		
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total Swap	Ponta Ativa	Ponta Passiva	
					(Ponta Ativa) ¹			
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	399.975	400.926	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	2.060.566	2.062.508	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	329.567	330.551	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade (i)		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (ii)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulado Swap	C) Resultado final (B-A)
Jun/26		1.908.212	-	1.908.212	(1.684.224)	223.988	-	-
CDI	Provável	1.908.212	-	1.908.212	(1.684.224)	223.988	-	-
	Possível	1.908.212	-	1.908.212	(1.682.955)	225.257	1.269	1.269
	Remoto	1.908.212	-	1.908.212	(1.681.850)	226.362	2.373	2.373
IPCA	provável	1.908.212	-	1.908.212	(1.684.224)	223.988	-	-
	possível	1.855.301	(52.911)	1.855.301	(1.684.224)	171.077	(52.911)	-
	remoto	1.805.249	(102.963)	1.805.249	(1.684.224)	121.025	(102.963)	-

Notas Explicativas

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

(ii) BNB, Debenture e BNDES.

Variável de risco	Cenário sensibilidade (i)	CDI	IPCA
CDI	Provável	14,15%	4,64%
	Possível	17,69%	4,64%
	Remoto	21,23%	4,64%
IPCA	Provável	14,15%	4,64%
	Possível	14,15%	5,80%
	Remoto	14,15%	6,96%

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de junho de 2026 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação de moeda estrangeira, utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	06/2026	06/2025
Resultado líquido em operações de derivativos	34.449	(9.254)
Resultado de operações com outros derivativos	-	(165.780)

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Notas Explicativas

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2025	2.778.723	13.764.868	(283.492)
Ingressos	-	1.474.427	(9.200)
Cancelamentos/Encerrados	-	(584.005)	-
Encargos financeiros	147.973	908.274	(31.091)
Recebimentos / (pagamentos) principal (i)	(850.613)	(774.366)	-
Pagamentos de juros	(49.823)	(941.161)	94.265
30 de junho de 2026	2.026.260	13.848.037	(229.518)

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2025	2.778.723	13.764.868	(283.492)
Saldo de companhias adquiridas	630.762	2.084	-
Ingressos	-	1.474.427	(9.200)
Cancelamentos/Encerrados	-	(585.563)	-
Encargos financeiros	164.858	908.483	(31.091)
Recebimentos / (pagamentos) principal (i)	(862.123)	(774.615)	-
Pagamentos de juros	(63.057)	(941.360)	94.265
30 de junho de 2026	2.649.163	13.848.324	(229.518)

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2024	3.035.501	12.575.846	(678.434)
Ingressos	-	1.618.353	-
Cancelamentos/Encerrados (ii)	-	(81.153)	522.822
Encargos financeiros	151.504	786.721	5.485
Variações cambiais, líquidas	(3.774)	-	3.769
Recebimentos/(Pagamentos) principal (i)	(223.272)	(796.905)	3.602
Pagamentos de juros	(53.703)	(785.708)	(71.129)
30 de junho de 2025	2.906.256	13.317.154	(213.885)

(i) Os pagamentos de passivo de arrendamento, incluem pagamentos de multas no montante de R\$ 23 milhões (R\$ 31 milhões, no mesmo período de 2025).

(ii) Refere-se ao impacto do Acordo com o C6 onde os derivativos foram integralmente baixados no período.

Notas Explicativas

37. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	06/2026	12 2025
Planos FUNCESP, Planos de Saúde (Plano de Saúde FIBER), PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	4.485	4.485

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

38. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de junho de 2026, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), riscos ambientais, saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R\$ 590.137
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$ 94.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$ 150.000
Riscos Ambientais	R\$ 14.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Garantia Única de Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

39. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora	Consolidado	
	06/2026	06/2025	06/2026
<u>Transações que não envolvem caixa</u>			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.378.542)	(1.592.313)	(1.379.198)
Aumento dos passivos de arrendamento - sem efeito no caixa	1.474.427	1.618.353	1.474.427
Dividendos/JSCP aprovados e ainda não pagos	(400.000)	(2.157.000)	(400.000)
Valores a receber - Acordo C6	-	468.000	-
Contraprestação contingente – <i>earn-out</i> e valor retido – aquisição da V8	(39.106)	-	(39.106)

40. Eventos Subsequentes

Aporte de Capital em Subsidiárias Integrais da TIM S.A.

Em julho de 2026, o Conselho de Administração aprovou aportes de capital de até R\$ 600 milhões na I-Systems e de até R\$ 70 milhões na V8 Tech, ambas subsidiárias integrais da TIM S.A. Os recursos, provenientes do caixa da Companhia, serão destinados principalmente ao pagamento antecipado de obrigações financeiras dessas empresas, contribuindo para a otimização da estrutura de capital e a redução de custos financeiros do grupo TIM no Brasil. A operação não altera o capital social da TIM S.A. nem sua participação nas subsidiárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas da
TIM S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Tim S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e financeiras e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na revisão ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci
Contador - CRC - RJ 091370/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TIM S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), relativas ao período findo em 30 de junho de 2026 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 27 de julho de 2026.

WALMIR URBANO KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO
Membro do Conselho Fiscal

HELOISA BELOTTI BEDICKS
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Luciene Rodrigues Abrão Pandolfo (Diretora Jurídica), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer) e Vicente de Moraes Ferreira (Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A. ("Companhia"), declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2026.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2026.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

VICENTE DE MORAES FERREIRA
Diretor de Relações com Investidores

LUCIENE RODRIGUES ABRÃO PANDOLFO
Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Luciene Rodrigues Abrão Pandolfo (Diretora Jurídica), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer) e Vicente de Moraes Ferreira (Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A. ("Companhia"), declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2026.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2026.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

VICENTE DE MORAES FERREIRA
Diretor de Relações com Investidores

LUCIENE RODRIGUES ABRÃO PANDOLFO
Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer